

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
CURSO DE FILOSOFIA LICENCIATURA

**AFONSO DA SILVA SODRÉ**

**DE ERIC WEIL À ŽIŽEK: violência e os limites da democracia**

São Luís  
2025

**AFONSO DA SILVA SODRÉ**

**DE ERIC WEIL À ŽIŽEK: violência e os limites da democracia**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Filosofia da  
Universidade Estadual do Maranhão para  
obtenção do grau de Licenciado em  
Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Valdério

São Luís

2025

Sodré, Afonso da Silva.

De Eric Weil à Zizek: violência e os limites da democracia. / Afonso da Silva Sodré . – São Luís(MA), 2025.

60p.

Monografia (Curso de Licenciatura em Filosofia) Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2025.

Orientador: Prof. Dr.Francisco Valdério Pereira da Silva Junior.

1. Violência. 2. Democracia. 3. Eric Weil. 4. Zizek. I.Título.

**CDU 321.7**

**Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445**


# AFONSO DA SILVA SODRÉ

DE ERIC WEIL À ŽIŽEK: violência e os limites da democracia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Filosofia da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.


Aprovado em: 20/01/2025

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente  
 FRANCISCO VALDERIO PEREIRA DA SILVA JUNIC  
Data: 05/02/2025 15:45:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

**Prof. Dr. Francisco Valdério (Orientador)**  
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente  
 DAVI GALHARDO OLIVEIRA FILHO  
Data: 04/02/2025 12:59:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Davi Galhardo**  
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente  
 DANIEL BENEVIDES SOARES  
Data: 01/02/2025 11:41:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Daniel Benevides**  
Universidade Estadual do Maranhão

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador e amigo Francisco Valdério, por sua orientação, paciência e dedicação ao longo de todos os anos de pesquisa. Seus conhecimentos, comprometimento e apoio foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa que deu origem a esta monografia.

Aos colegas, amigos e membros do NEAFILOS, que compartilharam comigo momentos de dúvida, aprendizado e motivação, meu profundo reconhecimento.

E, finalmente, a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade, expresso minha mais sincera gratidão.

## RESUMO

A violência é um fenômeno histórico e social que se manifesta de formas variadas ao longo do tempo, refletindo as dinâmicas culturais, econômicas e políticas de cada sociedade. No contexto democrático, ela apresenta desafios particulares, uma vez que a democracia se fundamenta na convivência pacífica, no respeito às diferenças e na resolução de conflitos por meio do diálogo e das instituições. Por isso, torna-se indispensável o estudo da violência para compreender sua relação com o modelo político em que vivemos e com as formas de governo vigentes na atualidade. É inegável que, no estado atual das coisas, convivemos com um modelo político e social em que a violência está presente, ainda que frequentemente seja negada ou invisibilizada. Para investigar esse fenômeno, recorreremos às filosofias de Eric Weil e Slavoj Žižek, pensadores que dedicaram uma atenção especial à análise da violência em seus estudos filosóficos e por estarem em períodos históricos distintos e possuírem visões de mundo diferentes, suas análises sobre a democracia nos apresentam importantes perspectivas da relação entre a violência e a democracia.

Palavras-chave: violência; democracia; Eric Weil; Žižek.

## RÉSUMÉ

La violence est un phénomène historique et social qui se manifeste de différentes manières au fil du temps, reflétant les dynamiques culturelles, économiques et politiques de chaque société. Dans le contexte démocratique, elle pose des défis particuliers, car la démocratie repose sur la coexistence pacifique, le respect des différences et la résolution des conflits par le dialogue et les institutions. Ainsi, l'étude de la violence devient indispensable pour comprendre sa relation avec le modèle politique dans lequel nous vivons et les formes de gouvernement en vigueur aujourd'hui. Il est indéniable qu'à l'état actuel des choses, nous vivons dans un modèle politique et social où la violence est présente, bien qu'elle soit souvent niée ou invisibilisée. Pour explorer ce phénomène, nous nous référons aux philosophies d'Éric Weil et de Slavoj Žižek, des penseurs qui ont accordé une attention particulière à l'analyse de la violence dans leurs travaux philosophiques. Étant issus de périodes historiques distinctes et ayant des visions du monde différentes, leurs analyses sur la démocratie nous offrent une perspective importante sur la relation entre la violence et la démocratie.

Mots-clés : violence ; démocratie ; Éric Weil ; Žižek.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1 UM MUNDO DE TENSÕES. ....	13
1.1 Weil: a recusa da razão. ....	14
1.2 “A democracia em um mundo de tensões” .....	18
1.3 Žižek: alguém falou violência.....	20
1.4 Que democracia?.....	25
2 OS LIMITES DA DEMOCRACIA .....	26
2.1 A insatisfação do indivíduo .....	29
2.2 A ilusão democrática.....	32
2.3 O encontro entre violência e democracia.....	36
3 O PÊNDULO DA DEMOCRACIA .....	40
3.1 A violência política no Estado .....	41
3.2 A política do medo.....	47
3.3 A possibilidade da democracia .....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
REFERÊNCIAS.....	59



## INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno histórico e social que assume diferentes formas e intensidades ao longo do tempo, refletindo as dinâmicas culturais, econômicas e políticas de cada sociedade. No contexto democrático, a violência apresenta desafios específicos, pois a democracia é fundada na ideia de convivência pacífica, respeito às diferenças e resolução de conflitos por meio do diálogo e das instituições. No entanto, quando há a fragilização dessas instituições ou a exclusão de grupos sociais, a violência pode emergir como um sinal de tensão entre os limites da democracia e a realidade vivida por parcelas da sociedade. Assim, a violência pode ser vista tanto como uma ameaça à democracia — ao corroer seus princípios básicos de igualdade e liberdade — quanto como uma consequência de suas falhas, quando esta não consegue garantir a inclusão e a justiça social.

É por esse motivo que a violência está diretamente relacionada com a política, uma vez que somos seres que vivem de forma coletiva. Se estamos falando de violência no contexto social dos homens, estamos falando que a violência possui um papel político de destaque, que faz dela parte integrante das estruturas sociais em que vivemos. A violência está na política, assim como está nos governos, assim como está na economia, na saúde, na educação, ou seja, está presente na forma como nos relacionamos com o mundo e em como o modificamos. Ela se mostra de forma clara ou mesmo de forma camuflada, porém está presente e é necessário compreendermos suas atuações e suas relações com a realidade que se apresenta para todos nós.

Desta forma, torna-se incontornável o estudo da violência, para que possamos entender de que forma ela se relaciona com modelo político em que vivemos e as formas de governo que estão postas na atualidade. Sabemos que no estado atual das coisas, nos confrontamos com um modelo político e social, em que a violência está presente, mesmo que muitos tentem negá-la. A violência tornou-se uma parte integrante das políticas de Estado de muito países, isso faz com o que tenhamos de pensar e investigar até que ponto a democracia em que vivemos está sujeita à violência e de que forma essa mesma democracia é capaz de disseminar várias formas de violência. Desse modo, para buscarmos essa compreensão, este estudo se orienta a partir do seguinte problema: o atual modelo de democracia é compatível e dependente de formas de violência?

Para tanto usar-se-á as filosofias de Eric Weil e Slavoj Žižek, pensadores que em seus estudos filosóficos, reservaram a violência um importante destaque. O primeiro está situado em um período histórico de intensos conflitos e tensões sociais que levaram o mundo a uma

segunda guerra mundial, com um caráter ainda mais destrutivo que a primeira, não pelo número de mortos, mas pela forma como que a violência se apresenta aos homens e deles faz uso. Eric Weil, em sua obra *Lógica da filosofia* (2012), argumenta que a violência surge como uma manifestação de ruptura na ordem racional e no diálogo. Para Weil, a democracia, como um espaço de deliberação e resolução de conflitos por meio do discurso racional, enfrenta desafios quando os sujeitos recorrem à violência para impor sua vontade ou rejeitar o diálogo. A violência, nesse contexto, representa o fracasso da racionalidade e da ética que sustentam o ideal democrático.

Slavoj Žižek, por outro lado, explora a violência em dimensões mais amplas, como a violência sistêmica, subjetiva e simbólica, destacando que a própria estrutura da democracia liberal pode ocultar formas de opressão e exclusão. Em sua obra *Violência: seis reflexões laterais* (2014), Žižek provoca o leitor a refletir sobre como as estruturas democráticas frequentemente legitimam formas de violência institucional ou simbólica, questionando se a democracia, em sua forma atual, é suficiente para enfrentar as contradições do capitalismo global. Žižek se encontra frente a um momento diferente da humanidade, o que não o deixa menos violento, porém as formas de violência mudaram, as adaptações do sistema em que vivemos são mais significativas. Ambas as filosofias são atravessadas pelo seu contexto histórico, e vem na violência um dos desafios da humanidade e como seus impactos modificam a forma como nos relacionamos enquanto sociedade.

Com isso, é fundamental enfrentar o debate sobre a violência, suas problemáticas e suas conexões sociais no contexto contemporâneo. Embora a violência seja um fenômeno central nas dinâmicas sociais e políticas, a tradição filosófica recente frequentemente marginalizou sua análise ou tratou-a de forma simplista. Em muitos casos, a violência foi concebida como algo externo à vida política, como uma anomalia a ser superada, desvinculada da democracia e das relações humanas. Essa abordagem convencional e reduziu a discussão sobre a violência a um atributo exclusivo da barbárie, associando-a apenas a regimes autoritários marcados pela ausência de diálogo e participação democrática. Essa perspectiva limitada obscurece a compreensão das formas mais sutis e estruturais de violência que permeiam até mesmo as sociedades democráticas, exigindo uma revisão crítica desse paradigma.

Enveredar por essa área é fechar os olhos para uma importante e fecunda discussão, é deixar de lado a forma com que as organizações e modelos políticos atuam ou se reorganizaram nas últimas décadas. Por isso é fundamental dar conta destes problemas e mostrar como eles estão inseridos na nossa atual conjuntura política, pois basta olhar para o

cenário interno e externo no campo político que podemos perceber que este debate se justifica de forma clara e necessária, e a participação de ambos os filósofos nos ajudam a compreender este importante problema.

Se olharmos ao norte da América, veremos um modelo democrático elogiado por toda parte do mundo, ainda que tendo milhares de casos de racismo, o que recentemente mobilizou todo país, mostrando como a democracia mais festejada do mundo convive com a violência. Se olharmos para Europa, “berço da civilização” veremos como a relação dos países com a imigração tem se provado cada vez mais banal, onde governos rejeitam pessoas como se fossem produtos defeituosos em uma cadeia produtiva e, com todos esses casos, estes mesmos países se apresentam como grandes democracias. Se olharmos para o que chamamos de oriente médio a situação é ainda mais preocupante, lá um Estado que foi criado por princípios religiosos, para uma “reparação histórica”, pratica uma política neocolonial em pleno século XXI, sendo responsável por milhares de mortes dos antigos habitantes da região, mas com tudo isso, defende-se que seja a democracia mais bem-sucedida daquela região.

E por fim, devemos olhar para o nosso próprio país, onde eleições democráticas levaram à presidência um candidato claramente preocupado em romper com qualquer pacto democrático existente, o qual, ainda como parlamentar, usou sua fala na câmara dos deputados para homenagear torturadores. Os anos seguintes do seu mandato foram marcados por uma escalada de violência, uma violência que não se resumiu ao aumento de armas em circulação nas ruas, ou mesmo o aumento de homicídios, mas a toda uma estrutura de governo, que do início ao fim, envolveu todas as partes do governo e demonstrou a forma como a violência se relacionou intimamente com os dispositivos políticos desse governo buscando exaurir os limites do Estado democrático de direito. É este cenário político atual que justifica a necessidade de compreendermos como a violência se relaciona com a democracia e se a democracia hoje é ou não dependente de ações violentas para que possa existir e manter sua atual estrutura. Estes casos são as ilustrações perfeitas de como a relação entre democracia e violência torna-se cada vez mais conflituosa, gerando inúmeros problemas sociais, que muitas vezes tendem a ser resolvidos com ainda mais violência, estendendo as formas e os modos como a violência se efetiva na sociedade.

Neste trabalho, o primeiro capítulo será dedicado à exploração dos conceitos fundamentais desenvolvidos pelos filósofos Eric Weil e Slavoj Žižek, com especial atenção às suas concepções sobre violência e democracia. Para isso, aprofundaremos a análise das definições propostas por cada autor, situando-as no contexto histórico e intelectual que

moldou suas ideias. Essa abordagem permitirá compreender as influências e desafios de seus respectivos períodos, destacando as particularidades que orientaram suas reflexões.

No segundo capítulo, direcionaremos nosso foco para uma análise detalhada dos limites da democracia segundo a perspectiva de cada filósofo. Investigaremos como Weil e Žižek compreendem as barreiras intrínsecas e históricas que delimitam a prática democrática, considerando também os cenários históricos nos quais estavam inseridos. Em complemento, discutiremos os elementos contemporâneos que configuram esses limites na atualidade, com especial ênfase nas interseções entre democracia e violência.

Por fim, o terceiro capítulo se dedicará à discussão das possibilidades de exercício democrático na sociedade contemporânea, articulando as reflexões de Weil e Žižek à luz de eventos recentes da política brasileira. Essa análise buscará conectar a teoria filosófica com os desafios práticos enfrentados pela democracia no Brasil, oferecendo uma leitura crítica das tensões e possibilidades que caracterizam o momento político atual.

## 1 UM MUNDO DE TENSÕES

A violência configura-se como um fenômeno disseminado progressivamente pela atualidade, debater, pensar e refletir sobre a violência, seu papel, sua atuação e suas variantes, é um dos desafios que enfrentamos atualmente. É certo que desde tempos remotos os homens possuem contato com a violência e suas consequências, porém desde que o homem se encontrou consciente de suas ações, a violência de uma forma ou de outra, tornou-se um problema, desde as dificuldades de se falar o que é e o que não é violência, até de afirmar qual seu papel na vida dos homens em seu cotidiano.

A violência permeia a vida dos homens, seja no Estado, seja fora dele, assim, nos encontramos em uma realidade onde a violência faz parte da vida humana. No entanto, ao falarmos de violência não estamos apenas dando foco a escalada de violência nas grandes metrópoles, ou mesmo o número de homicídios praticados em um país ou outro, e sim de relações de poder que são regidas pela violência quase sempre fundamentais para moldar a forma como as coisas acontecem e que às vezes nem mesmo aparenta se tratar de atitudes violentas.

Ao abordamos a violência também não estamos falando de um elemento metafísico que está exterior ao mundo e que vive e rege a vida das pessoas de forma abstrata, estamos falando de questões materiais, em que a violência exerce um papel de destaque, onde as ações violentas garantem os ganhos e as perdas de milhões de pessoas, dia após dia, orientadas por posturas de governos e discursos de seus mandatários.

O presente trabalho almeja discutir a violência e a democracia em nosso tempo, a partir da leitura e análises das obras de Eric Weil (1904 - 1977) e Slavoj Žižek (1949). Seu foco investigativo foi buscar compreender a construção do conceito de violência e democracia para ambos os filósofos; de que forma esses dois conceitos fundamentais se relacionam em nossa realidade política; e se existe ou não uma relação de dependência entre *violência* e *democracia*. A violência é aquilo que atravessa ambas as filosofias estudadas nesta pesquisa, buscou-se estabelecer um diálogo entre as análises destas, pelo tocante a questão da violência e o contexto histórico em que as duas filosofias são construídas.

O panorama histórico é fundamental, para que possamos compreender o esforço investigativo do presente trabalho. Os dois filósofos estão produzindo suas teorias em períodos históricos distintos, Eric Weil formula suas principais argumentações filosóficas durante as tensões que remontam ao final dos anos 1930 do século XX, onde a relação entre violência e democracia em todo o mundo era de um real conflito (conflito esse que estava

para além das formulações acadêmica), que poderia decidir a sobrevivência do modelo democrático que conhecíamos até então. Já Žižek inicia suas formulações no final do século XX, em um período de conflitos, não só de natureza bélica, mas também de natureza ideológica. O período histórico ao qual os filósofos estão inseridos é de fundamental importância para determinar os conflitos e as formas de democracia e violências que os filósofos analisam e defendem. Assim, o exercício de tecer uma análise da nossa democracia passa pela reflexão dialética desses dois períodos históricos que vivemos nos últimos 100 anos.

### 1.1 Weil: a recusa da razão

Eric Weil nasceu na Alemanha em 1904, em 1933 ele abandona o seu país e migra para a França, a partir da década de 1950, ele começa a lecionar em universidades francesas e só abandona a docência em 1977, ano de sua morte. A filosofia de Weil foi atravessada pelos terrores do nazismo e como não poderia ser diferente, sua filosofia reflete seu contexto histórico. O contexto em que vive, a experiência de ter combatido o nazismo e ainda ser preso, colocaram Weil frente a frente com os principais atos de violência do início do século XX, foram momentos em que qualquer teorização sobre democracia não valia mais que meias palavras, pois o que imperava era a cólera de atitudes violentas de regime reacionário.

Em 1950, já tendo passados pelos horrores da guerra, Weil lança a sua principal obra, a *Lógica da filosofia*<sup>1</sup>, uma obra que será o alicerce de sua filosofia. A *Lógica da filosofia* é importante para fundamentar aquilo que Weil entende por violência, uma vez que neste livro nos é apresentada a categoria da *Obra* – além da *Obra* temos outras dezessete categorias que Weil analisa no decurso da história da humanidade - uma categoria que será fundamental para compreender a relação entre filosofia e violência, que atravessa a construção filosófica de Weil. O filósofo franco alemão, entende que o homem é um ser razoável, dotado de razão e violência, para ele, o homem pode vir a ser razão, mas isso se apresenta apenas como uma possibilidade a ser realizada, uma vez que o homem é um “[...] animal dotado de razão e de linguagem, mais exatamente, de linguagem razoável” (Weil, 2012, p. 20), e ser razoável para Weil significa “[...] ser capaz de realizar sua própria negatividade, não apenas dizer não àquilo

---

<sup>1</sup> “A *Lógica da filosofia* é uma reflexão filosófica sobre a filosofia, que pretende pensar a lógica pela qual os diferentes discursos filosóficos surgidos na história poderiam ser compreendidos num discurso unificante que não conduzisse a sua alteridade. A questão de fundo da *Lógica da Filosofia* é a irreduzível dualidade de violência e discurso ou violência e razão. (...) a tarefa da *Lógica da Filosofia* consiste não só em compreender o homem suas possibilidades realizadas, mas, sobretudo, compreender a compreensão que ele teve de si mesmo nas suas possibilidades realizadas” (Perine, 2004, p. 143, grifos do autor).

que é, mas produzir daquilo que é o que ainda não era, um novo objeto, um novo procedimento, ambos liberados daquilo que era incômodo na coisa e no modo de transformação oferecidos pela natureza” (Weil, 2012, p. 19), ou seja, partindo dessa compreensão de homem, a razão é uma escolha, assim como a violência, diferente dos demais animais, o ser humano poderia escolher compreender o mundo e a si mesmo ou não aderir a via da compreensão e optar pela violência.

A categoria da Obra emerge na *Lógica da filosofia* justamente como a categoria-atitude que fez a opção pela violência, pois a categoria da Obra rejeita qualquer tipo de compreensão, rejeita o discurso coerente de forma consciente<sup>2</sup>, essa rejeição ocorre por meio da violência<sup>3</sup>, sua atitude se estabelece no fazer e não no pensar, pois por não buscar a coerência, o homem da obra está preocupado em fazer e não refletir sobre suas ações.

*A obra é a refutação do absoluto no plano da vida; o essencial não é compreender, mas fazer algo para si mesmo, criar por criar. Trata-se da recusa da coerência do discurso, do universal da linguagem; trata-se de fazer, não de pensar, de modo que o discurso torna-se o inimigo e é refutado pelo fato criador (Quillien, 1970, p. 419, grifos nossos).*

Ao emergir após o Absoluto<sup>4</sup>, a categoria da Obra o rejeita e vira-lhe às costas, pois observa o quanto é abstrato o discurso coerente, pois no Absoluto “[...] a liberdade é apenas compreendida, só é liberdade na compreensão” (Perine, 2013, p. 174), e a Obra não busca a compreensão, ela não quer compreender e muito menos quer ser compreendida, pois isso é algo sem importância. A Obra conhece o discurso, conhece a razão, pois o homem da obra, aquele que cria a Obra no mundo, veio do discurso, ele foi apresentado ao universal do Absoluto, ao sensato e até mesmo ao sentido, mas ele não o quis, escolheu a violência mesmo sabendo o que é a razão (Soares, 2014). Por ter conhecimento da razão e do discurso a Obra reconhece a importância da linguagem, porém não estamos falando de uma linguagem que busca a compreensão, como nas categorias anteriores, pois, para Weil, a Obra e o homem que ela produz,

---

<sup>2</sup> “A obra marca uma ruptura com a maneira tradicional de se pensar a recusa da filosofia, que é costumeiramente pensada como ignorância”(Soares, 2019, p. 172). A recusa da Obra não ocorre pela ignorância, mas sim de forma consciente. Por não ser uma negação por meio da ignorância, essa ruptura provocada pela Obra é ainda mais profunda e coloca em risco o bem-estar da sociedade e existência do Estado.

<sup>3</sup> Essa violência não deve ser resumida como um ato de agressão, a violência é entendida aqui como a negatividade da razão, o seu outro, a opção que nega a razão é a compreensão, para Weil, esse é um ato de extrema violência.

<sup>4</sup> Na *Lógica da filosofia*, a categoria do Absoluto é a categoria-atitude da compreensão, a categoria eminentemente filosófica, pois ela reside no campo do discurso, ela busca compreender a si e aos demais discursos. Weil nos apresenta um problema fundamental ao colocar a categoria muda do homem que não deseja se compreender após o reino da compreensão e da linguagem, essa relação entre Absoluto e Obra é o arquétipo da dualidade entre a razão e a violência.

[...] se serve da linguagem, e isso significa apenas que ele é o senhor da linguagem, no mesmo sentido em que o homem da discussão queria tornar-se dela senhor. Aqui, o homem está seguro de seu domínio, e está igualmente seguro de que esse domínio não é de uma importância absoluta, visto que, contrário à discussão, ele admite a violência; se a linguagem desempenha um papel de primeiro plano é porque os homens falam (Weil, 2012, p. 503, grifos do autor).

A Obra assim produz a sua própria linguagem, uma linguagem que visa a imposição, sua linguagem é o imperativo, “a linguagem da obra é sumariamente pobre e diz apenas uma coisa: tudo o que importa é a obra. Trata-se de uma única proposição o suficiente para rejeitar o discurso absolutamente coerente, substituindo-o pela obra” (Soares, 2019, p. 183). O homem da Obra vai se servir da linguagem de forma instrumental, pois não se trata de usar a linguagem para a compreensão e o entendimento, mas sim de uma forma auxiliar aos seus desejos e objetivos. A linguagem só será usada para gerar dominação, uma vez que ela visa controlar a linguagem e os demais homens, aqueles que não possuem uma obra não são vistos como seus iguais, ou semelhantes, mas sim como uma massa que pode e deve ser dominada para que seus planos possam se efetivar, uma vez que não existe efetivação da violência do homem da obra sem a dominação, não se trata mais de compreender, mas sim de fazer: este homem violento que ocupa-se da realização de sua obra não deseja, ele faz, ele age e sua ação é violenta.

A categoria da Obra é assim a manifestação da violência dentro da *Lógica da filosofia*, uma violência que rejeita a razão de forma radical, assim como rejeita o ser do homem, a Obra demonstra aquilo que podemos chamar de violência pura. Tal violência é pura, pois se sabe violência, ela tem consciência do que seus atos podem causar, porém não deixa de agir para realizá-los, uma vez que ela visa a criação total, ou melhor, uma recriação da sociedade e do Estado. A violência pura apresentada por Weil, possui uma subdivisão que é crucial para que possamos compreender os caminhos que são tomados pelo homem da obra, sendo assim devemos distinguir as duas formas:

1º) A violência gratuita, sem rima ou razão (o disjuntor), o trabalho do indivíduo – ele próprio contra si mesmo – ou o pequeno grupo, que existe a qualquer momento, mas que se tornou comum em um mundo profanado. 2º) *A violência totalitária que, pelo contrário, exige o sacrifício do indivíduo e, portanto, a sua própria violência, para impor a da ideia. Supõe um estado, um mestre, uma festa. Provavelmente apenas o estado ideocrático pode alcançar essa violência universal* (Caillois, 1984, p. 214, grifos nossos).

A primeira recusa que o homem pode operar sobre a compreensão e o discurso é através do silêncio, sendo o silêncio a recusa da razão através do tédio<sup>5</sup>, uma ação individual

<sup>5</sup> Weil observa o tédio como um fenômeno moderno que atinge a sociedade, o tédio é descrito pelo filósofo como uma satisfação insatisfeita. Segundo Weil (2000, p. 62), “se, obtido tudo o que razoavelmente se pode desejar, as



ou mesmo de pequenos grupos. O tédio como manifestação da violência pura ocorre de forma mais indiferente em relação ao discurso, de maneira ordinária rejeita a compreensão de si e dos outros. O homem entediado se preocupa com algo que seja seu, ele tem consciência que o universal do Absoluto é algo que não pertence a um indivíduo, pois ele pertence a todos, desta forma ele recusa esse universal, tornando-se indiferente à razão e ocupando-se de viver por conta própria, pois seu interesse não é pensar é viver. Desta forma, a Obra do tédio é uma violência gratuita, realizada por um indivíduo que pode até mesmo colocar-se como alvo de sua própria violência, ou mesmo pequenos grupos, não necessitando de um modelo ideocrático para existir, pois ele almeja que as coisas façam sentido no plano indivíduo e não do universal.

A segunda é através da linguagem não razoável, e representaria a violência totalitária, essa violência possui um mentor, um idealizador que visa destruir tudo aquilo que não seja violência. “A obra da violência totalitária é uma violência total, não menos total que o discurso, e que nada conhece fora dela mesma, a violência que cria, criou e criará tudo o que foi, é e será” (Weil, 2012, p. 500). Na obra totalitária, o homem volta a se utilizar do mundo como matéria, sendo assim “o mundo é transformado por ele, recebe um sentido que não possuía, uma forma nova, um outro conteúdo” (Weil, 2012, p. 498). Essa violência totalitária visa se impor aos homens através da linguagem não coerente, linguagem essa que como já fora posto é imperativa, diz aos homens o que devem fazer e como fazer, essa linguagem também é sentimento,

[...] por meio da qual o criador da obra serve-se de todas as categorias. A apresentação do criador da obra como mestre é apenas uma de suas possibilidades, já que ele é capaz, com a mesma facilidade, de apresentar-se também como profeta, homem do destino ou clarividente entre os cegos, inteligente entre os obtusos (Soares, 2019, p. 181, grifos nossos).

O tédio e o totalitarismo operam de forma simultânea, para efetivar a violência pura da Obra, pois o homem da obra que está na dimensão totalitária foi além do tédio, ele usou o tédio para alavancar seus planos, foi o vazio do tédio que deu espaço a obra, pois o homem que permaneceu no tédio não criou sua Obra, sendo assim, não foi capaz de impor um novo sentido ao mundo e aos outros homens, já o homem da violência totalitária o foi, e tendo chegado ao poder, ele logo trata de dar um novo sentido ao mundo e dominar os demais homens, para que o tédio não venha se espalhar, e atrapalhar os planos desse homem. Sendo assim, o tédio é parte necessária para a realização da violência totalitária, mas deve ser

---

peças estão ainda insatisfeitas e se todo mundo partilha do mesmo sentimento de insatisfação, pode então desencadear-se o recurso a coisas não razoáveis” A violência torna-se o único passatempo para aqueles que estão no tédio, com isso “a violência desinteressada, aquela que é, ela mesma, o seu próprio fim, quer seja dirigida contra os outros quer contra si mesmo, está a se espalhar-se cada vez mais”.

contida a tempo, para que não possa atrapalhar os rumos da Obra. Por esse motivo, no campo político e social, a Obra totalitária visa dominar o Estado e dar um novo significado a ele, pelo fato do homem imerso nesta atitude ser extremamente violento a sociedade que ele cria é violenta, rejeitando qualquer coerência, rejeitando tudo e todos que tenham ligações com a razão, rompendo com o discurso e a coerência, se entregando a violência, fazendo do seu discurso violento o único e suprimindo todos os outros.

## 1.2 A democracia em um mundo de tensões

Na filosofia weiliana, a discussão sobre o tema da democracia aparece pela primeira vez no texto *Limites da democracia* (1950), o artigo foi publicado na revista *Évidences*, e marca o início das análises de Weil sobre a democracia, o autor ainda iria abordar o tema nos textos, *Democracia em um mundo de tensões* (1951) e em *Filosofia política* (1956). O artigo de 1950 se apresenta em um contexto ímpar, pois nesse período de pós-guerra não era usual discutir as bases do conceito de democracia e buscar questionar a validade do seu conceito até então, mas “para Weil, no entanto, tratava-se de um problema capital para o pensamento político” (Castelo Branco, 2019, p. 249). A análise inicial de Weil visa discutir as insuficiências do que hoje tomamos por democracia, partindo da dificuldade que temos em defini-la, pois

nenhum sistema político é mais difícil de definir que a democracia. A monarquia absolutista, a tirania, a aristocracia e mesmo a oclocracia apresentam características formais bem determinadas, graças às quais se decide, sem tanta dificuldade, se uma certa forma de vida política corresponde ou não a um determinado tipo de organização (Weil, 2019, p. 253).

O ponto de partida do autor neste texto é a crítica as noções clássicas que temos de democracia e suas formas mais correntes (Branco, 2019, p. 250), neste sentido o propósito neste artigo não foi lançar mão de um conceito de democracia, mas fazer um debate sobre a situação atual da democracia, mas ainda assim, podemos extrair dessas reflexões questões fundamentais que se fazem necessária para presente discussão. Neste sentido, três pressupostos apresentados por Weil formam a sua noção de democracia no mundo em que vivemos. O primeiro diz respeito aos valores comuns necessários para se manter um estado;

não pode haver democracia numa nação que não esteja unida por valores comuns e que não reconheça alguns fins como desejáveis. Um povo incapaz de dar vida a um governo que haja em vista dos interesses nacionais (mais precisamente: incapaz de determinar estes interesses e de instituir um governo capaz de defendê-los) está destinado à ditadura (não democrática) ou à perda da própria independência (Weil, 2019, p. 255).

Weil adverte que essa primeira característica ainda é insuficiente para chegar e manter uma democracia, pelo fato de que “pois ainda que seu papel decisivo se mostre mais claramente numa democracia, ele é comum a todas as formas políticas” (Weil, 2019, p. 255), pois a vontade maioria não necessariamente conduz à plena realização de ações boas e democráticas, pois mesmo a maioria esteve presente para levar Hitler e Mussolini ao poder e mesmo um grupo majoritariamente coeso é capaz de conduzir à perseguição ou mesmo extermínio de grupos étnicos inteiros. Mas como seria possível essa primeira característica apontada por Weil servir para a democracia se ainda nos impõe questões negativas? Para responder a essa questão, o primeiro pressuposto deve estar em sintonia com o segundo que diz:

A democracia se concebe, então, como um sistema de livre discussão em evolução. Nenhuma decisão é tomada de uma vez por todas, e não há nenhum princípio que não possa ser criticado, modificado, ab-rogado. O que importa é que todos os cidadãos possam sempre participar da discussão. Ora, a democracia se impõe um limite, limite dos mais estritos, porque é aquele da liberdade que quer se manter como liberdade (Weil, 2019, p. 256).

Neste sentido, mesmo que a maioria dos cidadãos sejam ligados por determinados princípios, ainda sim todos devem ser ouvidos e participarem das discussões, isso impõe a necessidade de que as decisões sejam passíveis de serem discutidas e se possível revogadas, sendo assim, toda medida que exclui a discussão é passível de ser considerada antidemocrática, os regimes que adotam medidas que não passam por discussão ampla podem assim ser tidos como não democráticos, mesmo que tenham no voto seu traço constitutivo. Porém é o último pressuposto que pode ser considerado a pedra fundamental da análise de Weil, o qual considera como traço fundamental da democracia a participação de cidadãos razoáveis<sup>6</sup>, ou seja,

a democracia supõe que todos os cidadãos sejam razoáveis. Somente seres razoáveis podem participar de uma discussão: as crianças, os loucos, os criminosos (considerados não razoáveis) estão excluídos dela, não por má vontade dos outros, mas por sua própria recusa da razão (Weil, 2019, p. 257).

Segundo Weil, o regime que almeja ser de fato democrático deve seguir em marcha rumo a razão (Weil, 2019, p. 259). Sendo assim, a partir desses elementos definidos por Weil, podemos afirmar que a democracia pode ser realizável, sendo compreendida como um regime

---

<sup>6</sup> O que podemos entender aqui como cidadão razoável? Ser dotado de razão implica em jamais recorrer a violência para impor suas concepções nem agir em favor de uma forma de Estado fundada sob o emprego da violência. Demanda que o cidadão não persiga imediatamente seu interesse pessoal, mas que ao invés disso aja imbuído de um princípio que toda vantagem não é real, ainda que para ele pessoalmente, caso não seja de todos os cidadãos; um objetivo que prejudique parte da nação é um atentado contra a comunidade nacional (Soares apud Weil, 1950, p. 37-8).

ainda em progresso, definida pela existência da razão e pela recusa da violência, “A democracia plenamente realizada não existe: ela está sempre por se realizar” (Weil, 2019, p. 259). Mas como seria possível a recusa dessa violência? Essa recusa só seria possível por meio da educação do homem para não violência, sendo o regime democrático aquele que toma para si a função de educar o homem e construir um regime baseado na efetivação da razão. A democracia em Weil, é uma constante construção, baseada na razão, na recusa da violência e na busca pela efetivação dos mecanismos que garantam a sua liberdade, para isso o debate, a plena execução da razão é fundamental, por isso Weil entende a democracia como,

direito de todo cidadão de participar de uma discussão aberta, sem recurso à violência, que visa à elaboração de decisões destinadas a favorecer o bem comum, levando em conta, na medida do possível, quer os desejos dos cidadãos, quer as condições sociais e políticas (externas) prevalentes [...] (Weil, 2018, p. 224).

### **1.3 Žižek: alguém falou violência?**

Slavoj Žižek nasceu em 1941 na antiga Iugoslávia, em Liubliana, capital da Eslovênia. Durante a sua infância ainda pairavam sob o mundo os horrores da segunda guerra mundial e o avanço da cólera nazista sob o globo, porém o principal conflito que vivencia é o da Guerra Fria, conflito esse que se inicia em 1947, passa pela Queda do Muro de Berlim em 1989 e finda com a dissolução da União Soviética em 1991. Tal evento atravessa os 45 anos iniciais do filósofo, algo que irá influenciar a sua teoria, aliado aos conflitos da Guerra Fria. Žižek nasceu e morou na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), viu o final da era Stalin, os avanços políticos e tecnológicos do bloco socialista bem como sua degeneração no final da década de 1980, outro conflito que marcará a sua produção filosófica. Por fim, o filósofo vivenciará a fase hegemônica do sistema capitalista no século XXI – assim como a consolidação dos EUA como a principal potência do globo –, momento em que o capitalismo precisa lidar com toda ordem de crise e conflitos políticos e econômicos gerados por suas ineficiências intrínsecas. A produção de Žižek tem início no final dos anos 1980 e início dos anos 1990,

centra-se, sobretudo, numa tentativa de reabilitar a figura esquecida de Hegel ao debate filosófico da época — que, como sabemos, era predominantemente pós-estruturalista e anti-hegeliano — e contribuir para a teoria da ideologia, valendo-se do aparato teórico fornecido pela psicanálise lacaniana em articulação com Hegel (Apolinario Filho, 2021, p. 02).

Sob a orientação de Jacques-Alain Miller, Žižek em suas produções iniciais debate sobre ideologia e faz um resgate das obras de Hegel, mas agora sobre o olhar e a influência da teoria marxista e a psicanálise lacaniana. Iremos nos ocupar de uma fase mais madura da produção de filosófica de Žižek, um período em que o autor já apresenta uma teoria mais

consolidada e, como iremos perceber nesta pesquisa, suas experiências históricas moldam radicalmente sua escrita. Para abordar a violência, o esloveno escreve em 2014 o livro *Violência: seis reflexões laterais*. Nesta obra, o autor empreende uma profunda análise da violência ocorrida no século passado e em nosso século, o filósofo esloveno com fulcro na filosofia marxista, hegeliana e na psicanálise lacaniana, visa lançar luz sobre esse conceito tão caro em nossos dias. A obra de Žižek gira em torno de uma discussão conceitual da violência e de suas várias incidências na sociedade, o filósofo aborda a violência particionado triplamente o conceito: violência *subjetiva*, *objetiva* ou *sistêmica* e *simbólica*. Dessa forma, a violência emerge da própria subjetividade da dimensão objetiva de base estrutural e histórico-social e do homem do campo simbólico do discurso. Esses três conceitos observam a violência sobre seu aspecto negativo, ao final do livro o esloveno resgata o conceito benjaminiano de violência dívida para assim dar a esse fenômeno social um aspecto positivo.

O filósofo esloveno destaca que, "a violência subjetiva é tão somente a mais visível das três" (Žižek, 2014, p. 25), pois é a "[...] violência exercida por agentes sociais, indivíduos maléficos, aparelhos repressivos disciplinados e multidões fanáticas" (Žižek, 2014, p. 25). Essa violência se caracteriza pelo fato de emergir mediante os atos de agentes sociais visíveis e de fácil identificação. Segundo Žižek, para analisar essa violência é necessário dar um passo atrás para podermos "desembaraçar-nos do engodo fascinante dessa violência 'subjetiva' (...). O passo para trás nos permite identificar uma violência que subjaz aos nossos próprios esforços que visam combater a violência e promover a tolerância" (Žižek, 2014, p. 18). Desta forma, essa violência subjetiva torna-se visível, pois é uma transgressão da ordem natural e pacífica das coisas,

(...) ela pode também brotar enquanto atos isolados de violência, com traços de anormalidade ou patológicos; ou, mesmo, enquanto práticas reativas de ressentimento e de desespero social, sem nenhuma visualização alternativa ou revolucionária de sociedade (Rech, 2015, p. 79).

O segundo conceito abordado por Žižek é o de violência *objetiva* ou como o filósofo coloca, a violência *sistêmica*. Aparentemente essa violência é menos visível, porém, é crucial para compreendermos as demais formas e modos de violência. Para o filósofo, essa violência deve ser analisada a partir de uma dimensão histórica e estrutural, pois ela assume uma nova forma com o avanço do capitalismo, sua ocorrência se difere do período pré-capitalista, pois agora essa violência "não pode ser atribuída a indivíduos concretos e às suas 'más' intenções, mas é puramente objetiva, sistêmica, anônima" (Žižek, 2014, p. 26). Se antes essa violência operava de forma visível e seu executor era visível e usava dessa visibilidade para gerar poder

sobre os outros, agora ela torna-se anônima, é o anonimato de seu executor que a torna tão perigosa e de difícil compreensão.

*A violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a que percebemos algo como subjetivamente violento. Assim, a violência sistêmica é e certo modo algo como a célebre ‘matéria escura’ da física, a contrapartida de uma violência subjetiva (demasiado) visível (Žižek, 2014, p. 18, grifos nossos).*

Essa é tão somente a violência que constitui o sistema econômico-político<sup>7</sup>, que se estrutura através da *luta de classes*. Porém, para o filósofo esloveno, existe uma cegueira a respeito da violência *sistêmica* e de seus resultados<sup>8</sup>, isto é, uma operação ideológica, que parte da negação de responsabilidade e evolui para a criminalização apenas da violência que foi praticada contra o sistema, ou que é ou foi exercida por um sistema antagônico – neste caso o comunismo – Segundo Žižek,

a responsabilidade pelos crimes comunistas é de fácil atribuição (...). Podemos até identificar as origens ideológicas dos crimes – a ideologia totalitária, o Manifesto Comunista, Rousseau e até mesmo Platão. Mas quando chamamos a atenção para milhões de pessoas que morreram devido à globalização capitalista – da tragédia do México no século XVI ao holocausto do Congo belga há cerca de 100 anos – *a responsabilidade tende a ser em larga escala negada*. Tudo parece ter acontecido como resultado de um de um processo ‘objetivo’, que ninguém planejou nem executou [...] (2014, p. 26-27, grifos nossos).

Por meio dessa cegueira ideológica a violência sistêmica é mascarada, sofrendo assim um processo de ocultamento, os culpados não são responsabilizados, o sistema e o seus operadores saem ilesos, pois em sua maioria eles são os responsáveis por combater a violência subjetiva, mas no final das contas ganham sua vida através da violência *sistêmica* e

---

<sup>7</sup>Para Rech (2015, p. 78) “o fetichismo da mercadoria e da mercadoria-imagem, o valor de troca e a lei do valor que conformam o mercado capitalista e que incidem sobre as práticas sociais cotidianas, igualmente são aspectos da violência sistêmica”. Podemos perceber que essa violência incide nas relações que os indivíduos realizam dentro do capitalismo, é ela que molda a maneira com a sociedade deve se comportar.

<sup>8</sup> Os resultados dessa violência sistêmica dentro da perspectiva de Žižek são as constantes crises do capitalismo, além das atrocidades cometidas por representantes do sistema com o passar do tempo. A exploração de trabalho escravo, jornadas longas de trabalho, fome e guerras, são apenas alguns exemplos do que o capitalismo é capaz de produzir.

seus resultados.<sup>9</sup> O terceiro conceito trabalhado por Žižek é o de violência *simbólica*<sup>10</sup>, essa violência é “encarnada na linguagem e em suas formas, naquilo que Heidegger chamaria a ‘nossa casa do ser’, (...) essa violência não está em ação apenas nos casos evidentes – e largamente estudados – de provocação e de relações de dominação social [...]” (Žižek, 2014, p. 17), essa violência incide sobre a linguagem e o campo simbólico “(...), ela envolve os significantes mestres e os significantes do saber, que se exprimem via sujeito da enunciação inconsciente, os quais, porém, incidem sobre a conformação de um determinado universo de significado [...]” (Rech, 2015, p. 77). A violência simbólica pode ser encarada como o plano de fundo da violência subjetiva. Uma vez que ela é exercida pelas classes dominantes mediante os discursos ideológicos, que visam mascarar as fragilidades do sistema capitalista e seus múltiplos problemas, “(...) a violência simbólica e seus efeitos são indissociáveis do avanço histórico do capitalismo e das complexas relações sociais que se estabelecem dentro do sistema econômico-político global” (Silva, 2018, p. 94).

Por meio da linguagem essa violência age de maneira efetiva, uma vez que ela produz grandes frutos, como é o caso do discurso racista, que visa passar a ideia de que os negros são inferiores aos brancos, isso afeta e cerceia a identidade *sócio-simbólica* dos negros, que por meio dos discursos racistas passam a se ver como inferiores na sociedade, pois são lançados dentro desse discurso desde muito cedo e, na maioria das vezes, não conseguem maneiras de sair dele. Pois conforme Žižek (2014, p. 67):

quando [os negros] são tratados como inferiores, isso o torna realmente inferiores no âmbito de sua identidade social e simbólica. Para colocar em

---

<sup>9</sup> Para Žižek existe uma hipocrisia tipicamente ideológica que permeia o “combate” a violência subjetiva. Muitos dos que dizem combater a violência subjetiva ganham altos lucros com a violência sistêmica, pois, para ele, grandes empresários que se dizem progressistas, aqueles que financiam campanhas contra o uso de drogas, que “apoiam” a causa LGBTQ+, que vez ou outra, doam algumas cifras da sua riqueza e, que volta e meia, aparecem na mídia condenando o uso da violência pelo Estado, são os que mais ganham com a violência sistêmica do capitalismo. Ora, o acúmulo de suas riquezas vem justamente da exploração de mão de obra dos trabalhadores. Ao mesmo tempo que empresários como Bill Gates doam dinheiro para países do terceiro mundo, suas empresas exploram trabalhadores em outros países do terceiro mundo, assim, para o Žižek, o que esses senhores fazem é apenas maquiagem suas ações com algumas migalhas.

<sup>10</sup> O conceito de violência simbólica é usualmente abordado na filosofia ligado ao filósofo francês Pierre Bourdieu, neste sentido faz-se necessário estabelecer uma diferença fundamental entre a sua abordagem e do filósofo esloveno. A diferença entre a concepção de violência simbólica em Slavoj Žižek e Pierre Bourdieu está no enfoque e nas implicações teóricas de cada autor. Para Bourdieu, a violência simbólica refere-se aos processos pelos quais as relações de dominação são naturalizadas e legitimadas por meio de práticas culturais, sistemas de significação e habitus. Essa violência opera de forma invisível, na medida em que os dominados internalizam as estruturas simbólicas de opressão como legítimas, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais (Bourdieu, A economia das trocas simbólicas, 1974). Já para Žižek, a violência simbólica é entendida como uma característica inerente à linguagem e à ordem ideológica. Trata-se da violência que sustenta a estrutura social, mascarando seus mecanismos de exclusão e exploração. Enquanto Bourdieu foca no papel da violência simbólica na perpetuação das relações de poder dentro de campos sociais específicos, Žižek a aborda como uma dimensão mais ampla e estrutural, vinculada à ideologia como sustentação do status quo (ŽIŽEK, Violência, 2014).

outras palavras, a ideologia racista branca detém uma eficácia performativa. Não se trata simplesmente de uma interpretação daquilo que os negros são, mas de uma interpretação que determina o próprio ser e a existência social dos sujeitos interpretados.

Desta forma, a violência simbólica age como um dispositivo ideológico, que dentro da sociedade capitalista age para cecear boa parte da população de seus direitos fundamentais. Por estar engendrada na linguagem, a violência simbólica torna-se um forte aparelho de repressão e de controle contra as classes inferiores, desta forma “(...) a violência verbal não é uma distorção secundária, mas o último recurso de toda a violência especificamente humana” (Žižek, 2014, p. 63).<sup>11</sup>

Žižek não aborda a violência apenas em seu caráter negativo, mas também em seu caráter positivo, aquilo que ele denomina de *violência emancipatória*, que seria a “solução” para o problema que já fora diagnosticado por ele a partir de Walter Benjamin, mais especificamente no seu conceito de *violência divina*. Dentro da formulação desta violência, teorizada por Benjamin, que, para Žižek, a violência divina surge como uma reação a violência mítica, pois,

se a violência mítica é instauradora do direito, a violência divina é aniquiladora do direito; se a primeira estabelece fronteiras, a segunda aniquila sem limites; se a violência mítica traz, simultaneamente, culpa e expiação, a violência divina expia; se a primeira é ameaçadora, a segunda golpeia; se a primeira é sangrenta, a divina é letal de maneira não sangrenta [...] (Benjamin, 2005, p.150-152 *apud* Žižek, 2014, p. 154).

A partir dessa formulação podemos compreender que a violência divina nada tem a ver com atos terrorista realizados por fundamentalistas religiosos ou com a própria ação de um Deus supremo e onipotente (Žižek, 2014, p. 146), ela diz respeito a questões materiais que ocorrem na sociedade. Se compreendemos a violência mítica como tudo aquilo que Žižek vinha denunciando a partir de seu conceito tripartido de violência, colocamos a violência divina como aquela capaz de subjugar essa forma de violência. Se acima afirmamos que atos de violência subjetiva servem apenas para trazer à luz o debate sobre a violência sistêmica, a violência divina não só cumpre esse papel como se coloca como a “aniquiladora” desse direito, surgindo assim como uma violência que visa uma emancipação da sociedade, sendo ela “(...) uma expressão da pura pulsão, da não morte, do excesso da vida, que fere a ‘vida

---

<sup>11</sup>É visível que existe uma relação dialética entre esses três conceitos, uma vez que eles não agem de forma separada, eles são partes constituintes de um todo que se manifesta nas relações sociais dos indivíduos, pois a violência sistêmica sustenta a incidência das demais e se realiza a parte dessa incidência, uma vez que seu caráter anônimo é usado para que atos de violência passem despercebidos. Ao estar diretamente associada ao capitalismo esta violência cria uma desigualdade singular, que faz de uns senhores e de outros escravos, é ela que garante as regalias dos possuidores e as desgraças dos despossuídos.



nua' regulada pela lei" (Žižek, 2014, p. 155), é o levanta-se daqueles que não tem direito sobre os privilegiados.

Desta forma, a violência divina não é aquela que funda o Estado ou que o mantém, mas aquela que o quer derrubar. A violência divina é aquela que brota das massas, aquela que impõe justiça aos injustos, não uma justiça dos tribunais, mas uma justiça das massas, pois segundo Robespierre<sup>12</sup>, "os povos não julgam da mesma maneira que os tribunais; não pronunciam sentença, disparam os canhões; não condenam os reis, precipitam-nos no vazio de onde vieram; e esta justiça não vale menos que a dos tribunais" (Robespierre, 2000, p. 120 *apud* Žižek, 2014, p. 157). A violência divina pertence a ordem do acontecimento, não se trata de um terror apaixonado, nem do mais puro ato de violência – a violência revolucionária –, mas ela brota das massas e é regida pelas massas, como "(...) o pânico que se apoderou do Rio de Janeiro quando massas de favelados desceram do morro para regiões ricas da cidade e começaram a saquear e a incendiar supermercados. Isto de fato era a violência divina...<sup>13</sup>" (Žižek, 2014, p. 157). Podemos aqui colocar esta violência como aquela que propicia o início de uma mudança. Esta mudança pode ser levada a cabo ou não, pois para que isso aconteça deve ocorrer uma evolução da violência divina para a violência revolucionária, a qual não só infringe a ordem do direito, mas o destrói e cria algo. A violência revolucionária opera de forma reativa, reage às diversas ações do sistema contra o povo, é uma explosão de violência que pode vir a criar um autêntico ato político, pois ela brota do acúmulo de insatisfações das massas oprimidas.

#### 1.4 Que democracia?

A posição de Žižek sobre a democracia é herdada da tradição marxista, ainda que o autor se coloque em divergência em alguns momentos sobre determinadas situações, sua noção de democracia ainda herda a crítica ao modelo capitalista como um dos pontos fundamentais, "é preciso ter em mente que todos os mecanismos democráticos são parte de um aparelho de estado burguês previsto para garantir, sem perturbações, o funcionamento da produção capitalista" (Žižek, 2011. p. 1). A crítica ao regime de produção capitalista é a chave

---

<sup>12</sup> Žižek ver em Robespierre como o primeiro a operar a violência divina, tal ato ocorre durante a fase do Terror realizada pelos Jacobinos durante a Revolução francesa. "(...) queres saber como é esta violência divina? Olhai para o Terror revolucionário de 1793-1794. Tal foi a violência divina" (Žižek, 2014, p. 154).

<sup>13</sup> Podemos colocar parte das manifestações de 2013 como atos de violência divina, ao passo que os manifestantes gritavam no Rio de Janeiro "Cadê o Amarildo", tratava-se de um ato de violência divina que visava questionar a ordem vigente que se estabeleceu a partir da repressão aos pobres e pretos da favela, os manifestantes em seus atos divinos atacam símbolos do capital, denunciavam a repressão promovida por uma política de pacificação e cobravam seus direitos.

para a compreensão de sua noção de democracia. Assim, o filósofo esloveno parte da perspectiva de que dentro da nossa atual sociedade, a experiência que temos de democracia opera sob uma ilusão, tal ilusão é fruto da inconsistência entre o discurso e a prática democrática que vivenciamos.

Dentro das concepções de Žižek, o atual modelo democrático opera para manter uma lógica de vida para as elites econômicas, para que possam efetivar a manutenção do capital (Onisto e Bazzanella, 2018). Nesse sentido, as liberdades são meramente mantidas sob uma fachada, pois “Indivíduos e sociedades são livres para expressões de ideias, de análises e questionamentos em torno dos arranjos sociais. Porém, não há garantias nas efetivações” (Onisto e Bazzanella, 2018, p. 14). Isso só ocorre, pois, as estruturas políticas atuais são regidas por mecanismos institucionais, partidos políticos que operam comprometidos com uma visão de mundo e práticas de uma economia financeirizada, que vê na política uma mera administração técnica de recursos pessoas.

Desta forma, a defesa do esloveno é de uma política emancipatória, que esteja calcada em princípios que o atual estado democrático de direito burguês é impossível de ser realizado, pois para ele, mesmo que seja difícil pensar um regime fora do liberalismo é necessário fazê-lo, pois “a democracia liberal não é nosso horizonte último; por mais difícil que pareça, a horrível experiência do terror político stalinista não deve nos levar a abandonar o princípio do terror – devemos nos aplicar mais ainda na busca do ‘bom terror” (Žižek, 2016, p. 400), para isso é necessário pensar o impossível, questionar a inquestionabilidade da democracia liberal e operar a política de tal forma que assuma todas as suas potencialidades – algo que a partir da crise de 2008 torna-se mais possível entre inúmeros grupos de esquerda.

O principal movimento operado por Žižek neste sentido é o seu retorno a Lênin<sup>14</sup>, pois, segundo as análises do esloveno, a liberdade a qual temos contato hoje é a liberdade de consumo, é preciso pensar e efetivar um outro tipo de liberdade, onde possamos ter escolhas verdadeiramente livres e tais escolhas possam modificar a ordem das coisas na sociedade (Žižek, 2012, p. 178-179). Para isso, é preciso operar uma fratura dentro da democracia burguesa, uma que possa separar a democracia ilusória de participação e representatividade que o capitalismo produz de um verdadeiro gesto democrático conduzido pela vontade do povo e sob a liberdade de escolhas que mudam a ordem das coisas (Onisto e Bazzanella, 2018). Fazer isso implica fundamentalmente na crítica ao modelo democrático que se

---

<sup>14</sup> “E tal movimento de recuperação do “legado leninista” terá como principal alvo o questionamento da forma com que a liberdade e a democracia são colocadas em debate na política (...)” (Apolinario Filho, 2022, p. 03).

apresenta sobre um mote ideológico que precisamos desconstruir, porém existem risco ao se fazer isso, uma vez que,

Indagações são permitidas, mas o discurso da vontade da maioria prevalece sob o argumento de que os grupos que se manifestam contrários são pequenos, subversivos e antidemocráticos e, ilegítimos para representarem a diversidade social. O Estado é administrado por agentes eleitos sob a tutela da técnica democrática garantindo a propriedade privada, intelectual, produtiva na forma de monopólios, contudo, prevalece à visão de Marx, o Estado é burguês (Onisto e Bazzanella, 2018, p.16).

E por ser burguês ele não dará brechas ao seu contrário, a escolha realmente livre que o retorno a Lenin feito por Žižek sugere, pois segundo o esloveno,

quando Lenin designou a *democracia liberal* como uma forma de ditadura burguesa, ele não estava afirmando a noção simplista de que a democracia é realmente manipulada, uma simples fachada, de que há, na verdade, um grupo secreto no poder que controla tudo e que, se ameaçado de perder o poder em eleições democráticas, mostrará sua verdadeira face e assumirá o poder direto. *O que ele quis dizer é que a própria forma do Estado democrático burguês, a soberania de seu poder com seus pressupostos políticos-ideológicos, incorpora uma lógica “burguesa”* (Žižek, 2011, p. 407, grifos nossos).

Tal questionamento ao estado burguês e sua forma de democracia, só será feito operando o retorno do que a muito caiu em desuso, trata-se de reabilitar o uso do termo *ditadura do proletariado*<sup>15</sup>, esse retorno não é uma tentativa de reabilitar os regimes comunistas do século XX, mas de recolocar o proletariado como sujeito político fundamental para o processo democrático, é um retorno a uma política universalista que enxerga nos despossuídos e explorados os únicos capazes de abolir a sua própria classe e operar escolhas realmente livres de um regime de fato democrático. Sendo assim, a democracia, para Žižek, deve operar um retorno a perspectiva de superação do estado e de mudança do regime político e econômico

---

<sup>15</sup> “Devemos usar a palavra ‘ditadura’ no sentido exato em que a democracia também é uma forma de ditadura, isto é, uma determinação puramente formal”. (Žižek *apud* Apolinario Filho, 2022, p. 04)

## 2 OS LIMITES DA DEMOCRACIA

Poucos temas têm despertado tanta atenção nos últimos anos quanto à democracia. A preocupação sobre esse tema tornou-se tão relevante que o debate sobre a democracia não se dá apenas no campo acadêmico, mas tomou as ruas, as redes sociais e passou a ser um tema frequente em rodas de conversa. Porém, não se trata de uma realidade essencialmente nova, tendo em vista que a democracia há muitos séculos é um importante objeto de debate na sociedade, especialmente na sociedade ocidental.

A democracia tem se apresentado como um dos grandes desafios da humanidade nos últimos séculos, a sua criação remonta a Grécia Antiga, em meados do século V a.C. (a palavra é a junção dos termos *demos* e *kratos*, significando “poder do povo”) seu conceito e sua forma são temas de discussão e disputa. Desde a antiguidade, até a atualidade em que vivemos, as filosofias e principalmente os filósofos se debruçaram sobre essa questão de tão importante para sociedade. Por esse motivo, determinar o que é e o que não é uma democracia tem se tornado um dos muitos desafios políticos e filósofos ao longo dos últimos dois séculos.

O século XX foi, sem dúvidas, um período de intensas disputas em torno da democracia, seu significado e, principalmente, a sua efetivação na realidade. Tendo em vista que no início da segunda década do século XX, essa disputa se deu em torno da Primeira Grande Guerra, mas como sabemos essa foi a grande parteira dos conflitos neste século, porém as suas motivações encontram nascedouro no século passado, com o avanço dos Estados Nação, a expansão de fronteiras que alteraram as relações políticas e econômicas da Europa e da África, tendo uma influência em todo o globo. Essa disputa irá se agudizar ainda mais, com o início da Segunda Grande Guerra, tendo o nazismo de Hitler e o fascismo de Mussolini como atores fundamentais desta intensa disputa. Trata-se aqui da instrumentalização da racionalidade humano, como o fim último de se preservar e ampliar o poder do estado, dando a ele a função de determinar quem vive e quem morre na sociedade. Logo após o fim desse conflito, com a vitória do mundo livre, temos as tensões da Guerra Fria, um conflito que seu deu longe dos francos e das trincheiras, mas que modificou o cenário internacional e trouxe a ideologia para o centro desse debate, o tornando um problema incontável e de difícil compreensão.

Esses três grandes conflitos, que tomaram conta de décadas do século XX, foram essenciais para nortear o debate em torno da democracia, fazendo com que esse debate incontornável fosse preenchido por três grandes questões fundamentais: a desejabilidade da

democracia; as condições estruturais da democracia; e os limites da democracia. É sobre a terceira questão fundamental que iremos nos debruçar neste capítulo.

## 2.1 A insatisfação do indivíduo

Segundo as discussões de Weil, os sistemas políticos possuem características formais, que são delimitados de tal maneira que é perfeitamente possível, determinar se uma dada forma de vida política corresponde ou não a um modelo de organização política, porém o mesmo não ocorre com a democracia (Soares, 2019). Em os *Limites da democracia*, Eric Weil faz uma reflexão que será para nós, um dos pontos fundamentais para a compreensão da sua abordagem sobre democracia, pois ele afirma que “nenhum sistema político é mais difícil de definir que a democracia” (Weil, 2019, p. 253). Na sua obra, *Filosofia política*, em uma de suas notas de rodapé ele também afirma:

O termo democracia é de uso tão difícil que quase seria melhor renunciar a ele. Tomado no seu sentido etimológico, ele não corresponde a nenhuma realidade: o povo, oposto às instituições sociais e políticas que lhe dão uma estrutura e a possibilidade de refletir e agir, não existe enquanto unidade e, mais ainda, não decide nada. As decisões, a reflexão, a ação competem às instituições, e é a elas que o termo democracia, na acepção indicada, que não é exclusiva dos filólogos, opõe o povo. É o governo que reflete e age, e pode fazê-lo com o concurso de uma representação do povo, não do povo (mesmo na democracia direta, é uma parte que representa o povo). Se, ao contrário, chama-se democracia a todo governo que goza da adesão dos cidadãos, as diferenças de forma não devem mais ser consideradas, e o governo mais autocrático pode ser mais democrático que um regime constitucional (Weil, 2011a, p. 211, nota 5).

Em contraste com outros regimes, a democracia apresenta um profundo abismo entre os seus ideais de realização e as suas experiências históricas (Castelo Branco, 2024, p. 03), Weil em *Limites da democracia*, afirma que todas as demais formas de governo podem facilmente ser descritas, mas a democracia ao contrário se mostra como um regime que mesmo quando se realiza, permanece apresentando as suas indefinições, oscilando entre um regime político e uma forma social de vida, “a democracia não se apresenta como uma forma de governo ou como um sistema constitucional, mas como uma doutrina que fixa seu objetivo em todo governo” (Soares, 2019, p. 58). Segundo Castelo Branco (2024, p. 03), a “definição do termo ‘democracia’ é cercada de dificuldades devido ao fato de que uma experiência plenamente realizada dessa forma de governo nunca foi observada em nenhum lugar”. Esses são reflexos da herança ocidental a qual o nosso atual regime democrático está submetido, uma vez que a democracia moderna conserva algumas das duas características clássicas,

as democracias modernas, segundo Eric Weil, podem ser caracterizadas por alguns traços herdados da definição clássica: “igualdade de todos os cidadãos diante da lei, direitos políticos iguais para todos os cidadãos

adultos, a aquisição desses direitos por todos os habitantes de determinado território ou, pelo menos, pelos que nele nasceram e nele residem habitualmente, um governo nomeado por todos os cidadãos e submetido ao seu controle, o livre acesso de todos os cidadãos aos cargos públicos, e sua proteção contra as perseguições por delito de Opinião” (Weil, 1993, p. 116 *apud* Perine, 2023, p. 133).

Porém a democracia moderna apresenta suas diferenças em relação à sua aplicação clássica, uma vez que reconhece “a insuficiência de uma igualdade meramente legal, exigindo a garantia de condições sociais e concretas” (Soares, 2019, p. 65). Por esses motivos Weil considerava a democracia como a mais perfeita forma de governo “(...) ou pelo menos a mais perfeita entre as que os homens conseguiram imaginar e em parte realizar” (Perine, 2023, p. 133-134). Porém, essa perfeição também implica uma enorme dificuldade na sua realização, justamente pelo seu desafio de conciliar o poder e a liberdade, “a conciliação entre eficiência e a legitimidade do poder com a vocação do homem à liberdade é o calcanhar de Aquiles da democracia” (Perine, 2023, 134). Esse calcanhar de Aquiles se apresenta na filosofia de Weil como um problema fundamental na modernidade e ele é expresso na tentativa de conciliar a eficácia com a justiça. “Nas sociedades modernas a luta assume o caráter agressivo e progressivo, organizando-se em função do conceito de eficácia, que se tornou a máxima expressão da racionalidade de adequação de meios a fins” (Perine, 2023, 135).

Essa sociedade baseada na eficácia gerará um mecanismo social calculista e mecanicista, submetendo o indivíduo a uma coisificação pela personalização (Weil, 2011, p. 97). Essa redução do indivíduo a um sistema mecânico, incapaz de satisfazer suas necessidades e de cumprir suas promessas, leva o indivíduo a um ciclo sem fim e, para responder a isso, a sociedade passa a fazer uso da competição, essa competição opera nas relações entre os indivíduos em sociedade, o resultado desse processo é que “na sociedade moderna o indivíduo é essencialmente insatisfeito” (Weil, 2011a, p. 113). Esse indivíduo insatisfeito, é gerado pelo sentimento de injustiça que o indivíduo adquire ao ter contato com o mecanismo social, ao passo que ele se torna incapaz de realizar suas promessas, é essa insatisfação que se tornará um dos limites para a realização do ideal democrático: “pois em todas as sociedades democráticas modernas o princípio de organização da luta com a natureza é o mesmo” (Perine, 2023, p. 136). Essa luta do homem, contra a sua natureza inicial, o seu estado anterior a sociedade é um dos estopins da manifestação na insatisfação no homem na sociedade, uma vez que a insatisfação do indivíduo na sociedade surge da contradição entre as demandas da sociedade e os desejos do homem de autonomia e de liberdade.

Existe, portanto, uma tensão constitutiva na relação entre indivíduo e sociedade, porque ambos possuem, em princípio, direito e validade. Por um

lado, a sociedade moderna se caracteriza por sua diferenciação em relação à natureza, sua autonomia e seu “sagrado”. Por outro, o indivíduo procura se autonomizar segundo suas convicções, experiências e expectativas (Castelo Branco, 2023, p. 730).

Para que esse indivíduo se encaixe no mecanismo social, é fundamental satisfazer suas necessidades e, ao mesmo tempo, manter a sua insatisfação, com isso tanto a insatisfação, quanto à sua contraparte residem na sociedade moderna (Castelo Branco, 2023). Porém, existem limites para a sua satisfação como existem limites para a realização da sua liberdade, pois na sociedade moderna é concedida apenas às necessidades específicas, que são substituídas por novas insatisfações, postergando a sua realização e sua efetivação na sociedade, assim “para que a sociedade continue progredindo, ela depende essencialmente da insatisfação do indivíduo como meio, quer dizer, precisa negar ao indivíduo sua realização” (Castelo Branco, 2023, p. 730).

Desta forma, a tensão entre a liberdade e o poder, que acontece no nível político da sociedade é um dos primeiros limites da democracia, esse limite que se estabelece com essa tensão, evolui pela impossibilidade conciliar o poder com a eficácia e a justiça para realizar a igualdade entre os homens. A manifestação dessa luta, se apresenta como a manifestação da violência dentro da sociedade, como a opção do homem, que é dotado de razão e de linguagem, que como já salientamos, pode ser razão, mas também pode optar pela violência. Essa violência se manifesta, ao passo que a regra de ouro do mecanismo social se agudiza, a violência assim existe nas relações dos indivíduos e dos grupos sociais. A violência opera através da individualidade dos homens, penetra em suas ações e modifica a sociedade no campo político e moral, se estabelecendo como um dos grandes desafios a realização da democracia e da satisfação do homem na sociedade.

A violência assim é o limite fundamental da democracia, é com ela que o homem se confronta em sua primeira natureza, enquanto um animal dotado de razão, um animal que “ele age cegamente, à maneira das forças naturais [...] dominado por suas tendências, instintos e necessidades” (Weil, 2011b, p. 10). Mas após, enfrentar essa violência, ele se defronta com a violência do mecanismo social, ao ser reduzido a um sistema mecanicista, incapaz de satisfazer suas necessidades, jogando esse homem na individualidade que impera na sociedade da eficácia, um “sistema de forças coercitivas e opressoras, de leis mecânicas que tomaram o lugar das leis justas” (Weil, 2011a, p. 109). Para que se efetive a justiça nesta sociedade, é necessário “que se combata a violência com os seus meios que são da sua própria natureza” (Perine, 2023, p. 140). Porém, para Weil, o homem não é pura violência, uma vez que “se compreende a si mesmo e, pelo fato de se compreender [...], deixa de ser pura

violência, puro ser-aí empírico e apenas constatável. Mais ainda, ele não se compreende como violência senão porque ele não é somente isso [...]” (Weil, 2011b, p. 20), assim como a sociedade não é pura violência, mas sim “violência informada” (Weil, 2011a, p. 20). Desta forma, em sociedade a educação que será imposta aos homens pode ser entendida, para Weil, como uma tentativa de “domesticação do animal no homem” (Weil, 2011a, p. 102), uma forma de se estabelecer o funcionamento da sociedade e a participação dos indivíduos nela.

É na democracia e pela democracia que o homem se educa para viver com base na recusa da violência, porém o seu limite fundamental estará sempre à espreita, como uma das principais dificuldades para a sua plena realização no plano da realidade. Por isso, o homem no regime democrático deve “renunciar à violência e à mentira, não reduzir ninguém a uma situação na qual a violência apareça como o único meio para poder viver feliz e dignamente, pensar no universal, eis o que a democracia pede aos seus cidadãos” (Weil, 2019, p. 257).

Isso nos faz voltar a origem da matriz conceitual da nossa forma de democracia e seus níveis de efetivação, os quais, inegavelmente, exigem de certa forma a superação da igualdade e da liberdade abstratas dos indivíduos em sociedade. A modernidade herdou de sua noção antiga, não só a possibilidade de se avançar no estabelecimento e efetivação da democracia, mas também às necessidades de se estabelecer algumas condições que possibilitam seu desenvolvimento, tais como: a educação, as necessidades fundamentais que garantem a vida, bem como o acesso à educação, à informação e o empenho dos governantes em ampliar as condições e as melhorias sociais para os indivíduos. A existência da violência na sociedade democrática evidencia a necessidade de se educar o homem para o convívio social, mas a dificuldade se inicia quando as condições para essa educação podem ser contaminadas pela existência do mecanismo social que válida a sociedade baseada nesta eficácia.

## **2.2 A ilusão democrática**

Slavoj Žižek afirma que a democracia moderna – em seu estágio liberal – muitas vezes funciona a partir de uma ilusão que máscara e mantém ocultas as verdadeiras estruturas de poder, por esse motivo, para o filósofo, “o nosso inimigo é a ilusão democrática” e a ideia de que na atual sociedade capitalista é possível obter liberdade apenas na esfera política (Belisário, 2016), uma vez que “a verdadeira liberdade reside na rede de relações sociais, e a mudança deve ser efetuada por meio da transformação das relações de produção” (Belisário, 2016, p. 88). A ideia de democracia se apresenta para Žižek como uma ilusão “pela falta de consciência entre o discurso e prática, implicando em assegurar voz popular ao mesmo tempo



em que exclui qualquer possibilidade de sua efetivação” (Onisto; Bazzanella, 2018, p. 14), esse distanciamento entre a prática e o discurso democrático será, para o filósofo, uma das dificuldades da realização da democracia, tornando-se um limite crucial para a democracia moderna, pois é a entrada da ideologia no campo da política.

A noção de democracia liberal, com sua ênfase na liberdade de escolha e nos direitos individuais, frequentemente mascara as desigualdades sistêmicas e as limitações reais de escolha impostas pelas forças econômicas e ideológicas. A relação da democracia com a ideologia no capitalismo hoje é, para Žižek, um dos impedimentos da realização da democracia, neste sentido Žižek argumenta que,

Badiou acertou ao dizer que o nome do pior inimigo, hoje, não é “capitalismo”, “império”, “exploração” ou coisas do tipo, mas, sim “democracia”. Hoje, o que impede qualquer genuína transformação das relações capitalistas é a “ilusão democrática”, a aceitação de mecanismos democráticos burgueses como únicos meios legítimos de mudança (Žižek, 2011, p. 01).

Para Žižek, o casamento entre a democracia e o capitalismo acabou, ainda segundo ele, a China na atualidade é o exemplo do capitalismo dinâmico que se adapta a diversas situações na sociedade para se manter no poder. Em *Primeiro como tragédia, depois como farsa* (2011) o filósofo defende que vivemos uma mudança no capitalismo global, que afeta a forma como os regimes democráticos realizam sua administração do estado e se mantêm no poder, essa mudança é a passagem “da tecnologia à ideologia” (Žižek, 2011, p. 12), e se caracteriza por situações permanentes de crise, explosões de violência e um estado de emergência econômica constante. Marx e Engels já haviam previsto isso no *Manifesto do partido comunista*.

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, e, por conseguinte as relações de produção, isto é, o conjunto das relações sociais. A conservação do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Uma revolução contínua na produção, uma incessante comoção de todo o sistema social, uma agitação e uma insegurança constantes distinguem a época burguesa de todas as anteriores (Marx; Engels, 1998, p. 37).

A burguesia promove avanços no sistema de produção e, ao realizar essas modificações, as relações sociais também são afetadas. Isso significa, do ponto de vista político, que as relações de poder podem necessariamente ser afetadas, desta forma, as mudanças no capitalismo global proporcionaram modificações no “modo hegemônico de interpelação ideológica” (Žižek, 2011, p. 10). A ideologia será uma das pedras no sapato da sociedade, o sistema que é conformado pela burguesia, é programado assim para reconhecer

“conjunturas populacionais que não coloquem em riscos a ordem global do sistema capitalista” (Onistro; Bazzanella, 2018, p. 14). O indivíduo na sociedade capitalista é levado a escolher as opções que garantem a manutenção do sistema, justamente porque essas escolhas não são escolhas livres, mas escolhas que acontecem sob o véu da ideologia, são escolhas para manter os privilégios da burguesia no poder e para a manutenção de uma democracia que não se realiza na prática, mas que se estabelece como um regime constituído para preservar o poder de uma classe sobre a outra. Enquanto o capitalismo continuar sendo a base econômica das democracias ocidentais, a verdadeira igualdade e justiça social serão inatingíveis.

Essa análise da sociedade atual, para Žižek, surge a partir da crise econômica de 2008, onde o setor público investiu milhões no setor privado da economia, com a desculpa de salvar a sociedade do colapso que avizinhava e, por consequência, garantir a democracia: “ao analisar acuradamente tal decisão, denota-se que os recursos públicos alocados à iniciativa privada se vinculavam a salvação do capitalismo em detrimento das demandas sociais de povos e países” (Onistro; Bazzanella, 2018 p. 14-15), demonstrando que o mais importante é salvar o sistema que estamos inseridos e não as pessoas. Desta forma, se demonstra que a busca incessante pela preservação do modo de produção pode vir a ser considerado mais importante que os produtores.

Isso ocorre, na percepção contemporânea da democracia, pois é a liberdade aparece no centro da discussão, mas essa liberdade não se realiza, uma vez que o estabelecido na sociedade do capital não é a busca para realizar a liberdade humana e sim incentivar uma modalidade muito mais restrita, a liberdade de consumo<sup>16</sup>, a liberdade de comprar e consumir objetos. Porém, até mesmo essa liberdade possui suas limitações, ao passo que dentro da sociedade do consumo, as classes exploradas não possuem as condições de consumir de fato, aí reside mais uma forma de expressar a ilusão democrática: ilusão da escolha a qual os homens e mulheres estão submetidos. Desta forma, o que resta as camadas exploradas da sociedade é a *revolta*, a revolta é fruto das ilusões da sociedade, da democracia que não se realiza, das promessas que não se completam, “assim as ruas se enchem de manifestações” (Onistro; Bazzanella, 2018, p. 15). As ruas se tornam uma expressão política popular da

---

<sup>16</sup> Para o esloveno, “Há várias maneiras pelas quais essa falta de liberdade aparece disfarçada de seu oposto: quando somos privados de planos de saúde universais, nos dizem que na verdade fomos dotados de uma nova liberdade de escolha (a de escolher nosso fornecedor de plano de saúde); quando não podemos mais depender de um emprego formal de longo-prazo e somos obrigados a buscar uma nova forma de trabalho precário a cada um ou dois anos, nos dizem que fomos concedidos a oportunidade de nos re-inventar e de descobrir novos e inesperados potenciais criativos que se encontravam escondidos em nossa personalidade; quando somos obrigados a pagar pela educação de nossas crianças, nos dizem que agora nos tornamos “empreendedores do self”, agindo como capitalistas que têm de escolher livremente como investir os recursos que possuem (ou que pegaram emprestado) – em educação, cultura, turismo... (Žižek, 2014, p. 1).

democracia moderna, as exigências populares se expressam nas indignações dos explorados, uma forma de buscar a efetivação da promessa de democracia. A democracia liberal promove uma falsa sensação de escolha e participação, na medida em que limita o espectro de possibilidades políticas e sociais. Os cidadãos acreditam que têm o poder de mudança através do voto, mas na realidade, as opções disponíveis muitas vezes já estão circunscritas por um sistema capitalista global que estabelece as regras do jogo. As mudanças radicais não são tomadas como uma opção de fato, estão fora do jogo, o que resta são as formas superficiais de resolver os problemas. Por isso é necessária uma ruptura entre a democracia ilusória de participação e representatividade do sistema capitalista,

o discurso democrático se apresenta como mote ideológico para desconstruir manifestações antinômicas que demonstram riscos ao regime de acumulação do capital financeirizado. Indagações são permitidas, mas o discurso da vontade da maioria prevalece sob o argumento de que os grupos que se manifestam contrários são pequenos, subversivos e antidemocráticos e, ilegítimos para representarem a diversidade social (Onisto; Bazzanella, 2018, p. 16).

Ao passo que as ruas se enchem de manifestações, para realizar essa ruptura a democracia liberal, se coloca em confronto a violência *objetivo* e *subjetiva* outrora já teorizadas pelo filósofo esloveno. Para Žižek, o foco exclusivo na violência subjetiva – como em protestos ou revoltas – oculta a violência objetiva que sustenta a sociedade do capital, como as desigualdades causadas pelo sistema capitalista. A verdadeira violência, segundo ele, pode estar na própria preservação das estruturas de poder e exploração que são mantidas sob a fachada da normalidade democrática. Essa fachada criada pela ideologia não é facilmente identificada, tendo em vista que a democracia não é apenas uma ferramenta para resolver conflitos e preservar uma certa estabilidade social, mas também depende de algumas exclusões e atos de violência para se manter. Pois, quando vamos falar sobre a violência, nos ocupamos dos casos mais acintosos, das explosões de violência na periferia, do aumento do número de assaltos, mas deixamos passar aquilo que sustenta tudo, isto é, o pano de fundo que permite e atua para que isso volte a se repetir, a violência do capital. Será essa violência objetiva que funda e que mantém o atual sistema capitalista, é ela que reprime e que impede as verdadeiras mudanças sociais.

Por esse motivo, nas análises de Žižek, este Estado é administrado por indivíduos eleitos sob uma tutela da técnica democrática, na garantia da propriedade privada, na criação e administração dos monopólios (Onisto; Bazzanella, 2018). Administradores do sistema e não estadistas a serviço do povo, permanecendo assim as conclusões de Lenin sobre o papel dessa forma de democracia: “essa democracia pequeno-burguesa é incapaz de compreender que o

Estado seja o órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com a sua antípoda (a classe adversa)” (Lênin, 2011, p. 38). Por esse motivo que Žižek, se baseando na tradição marxista, será um dos grandes críticos da democracia liberal, que hoje é o modelo mais “compatível” com o regime capitalista, onde as decisões políticas fundamentais – especialmente as que afetam a economia global – já estão predeterminadas pelas forças do mercado e pelo interesse do capital.

### **3.3 O encontro entre *violência e democracia***

As ideais de democracia esboçadas por Weil e Žižek, são expressas à luz das dificuldades da sociedade moderna que, como podemos observar, se confronta com a violência de várias formas e de diferentes maneiras. Na atual visão sobre a democracia, existem os pressupostos de que as condições materiais, as quais os cidadãos vivem, viabilize a sua vida política, seu acesso ao lazer, a cultura, que a vida não seja consagrada somente ao trabalho e que ele possa viver de forma plena a realizar seus anseios. Porém, nas análises de ambos os filósofos e, na tradição que vem se construindo nos últimos dois séculos, existe uma clara separação do que deve ser a democracia e o que a democracia é de fato, por esse motivo, a conceituação hoje de democracia parte de uma valoração muitas vezes negativa, para que de fato se chegue a um aspecto positivo.

A democracia na visão de Weil é, desta forma, o sistema que reconhece o conflito como uma parte inerente a vida dos homens, exemplo disso é que na *Lógica da filosofia*, quando o filósofo faz uma análise dos discursos e das atitudes do ser humano até então estabelecidos, a violência surge após os homens já terem compreensão de si e da sociedade, surgindo como uma opção aos homens, como uma escolha livre. Ainda assim a solução que Weil oferece ao conflito é através do uso da razão e do discurso. Para ele, sem um compromisso com a racionalidade e o diálogo, a democracia pode degenerar em violência ou tirania, o compromisso democrático seria assim, uma prática contínua de conciliação de diferenças por meio da razão. Por esse motivo, na visão de Weil, não existiria democracia se “os cidadãos são violentos, incapazes de seguir uma regra e de convencer ou se deixar convencer por argumentos e compreender os problemas que lhe são apresentados” (Soares, 2019, p. 67).

Já Žižek possui uma abordagem crítica da democracia, para ele, a experiência que temos de democracia hoje muitas vezes mascara as desigualdades fruto do sistema de produção no qual estamos inseridos, limitando a verdadeira participação política. Para o

filósofo esloveno, o que hoje chamamos de democracia no mundo ocidental é uma ilusão que opera para legitimar a dominação capitalista e não resolve as contradições de classes existentes na sociedade e acaba por legitimar as injustiças provocadas pelo sistema. Sendo assim, “para a crítica de Žižek a democracia contemporânea em crise funcionaria como baluarte para a dominação capitalista e expressão ideológica de enorme importância para a expansão dos critérios de mercado” (Belizário, 2016, p. 92). O arranjo democrático estabelecido pela sociedade capitalista acaba por legitimar as desigualdades, ao passo que as instituições não conseguem operar uma mudança real no sistema, deixando a população refém de meras reformas.

Por outro lado, para Weil, um dos problemas fundamentais da democracia, reside no conflito que existe dentro das definições e da realização da democracia que, segundo Soares (2019, p. 68), ocorre quando “cidadão deve trabalhar por sua satisfação, por outro, o corpo político sofre a exigência de trabalhar pelo bem da comunidade determinado objetivamente: a elevação do nível de vida, por exemplo”. Neste sentido, o conflito entre o desejo e os interesses da comunidade são a porta para a entrada da violência em nosso debate sobre a democracia. Como já vimos, a insatisfação do indivíduo molda a forma como ele se estabelece na sociedade e em como ele se relaciona com ela, uma vez que o homem insatisfeito não age de forma racional. Logo, como ele pode eliminar a violência na sociedade? Os problemas da sociedade, para Weil, devem ser solucionados por meio da discussão, do uso da razão, a vontade que o homem deve ter em sociedade deve ser vontade de realizar a não violência e o bem da comunidade, por esse motivo “o próprio termo democracia tem o sentido de um direito possuído por todo cidadão de tomar parte de uma discussão aberta que visa estabelecer as decisões concernentes ao bem comum” (Soares, 2019, p. 69). Pois o fundamento da democracia é a razão e as ações que visam a realização da discussão de forma razoável.

Mas como a violência se encaixa em tudo isso? No diagnóstico de ambos os filósofos, a violência se apresenta como uma parte do ordenamento da sociedade, como uma possibilidade ao homem, a violência em Weil, a partir da categoria da *Obra*, parte fundamentalmente da negação do discurso e, dentro da formulação feita por Weil, essa violência, que parte da negação da razão, possui duas incidências: a primeira é o tédio e a segunda a violência totalitária. Ambos ocorrem dentro da democracia, como uma forma degeneração, fruto da não realização dos ideais democráticos ligados ao avanço da razão entre os homens. O *tédio* por exemplo diz respeito as ações majoritariamente individuais, nas quais o homem não se preocupa da compreensão, mas também não se preocupa com um projeto de

poder, o que vale aqui é o sentimento do indivíduo para com o indivíduo, a mera satisfação individual, que não almeja grandes transformações, mas que ao mesmo tempo não se contentou com o ideal de realização de sociedade a qual foi apresentado. Já a violência totalitária que assume o ordenamento do estado e o transgride e, por consequência, afronta a democracia, é fruto da atuação de um líder<sup>17</sup> condutor de um projeto de poder, que anseia por subjugar a massa em função dos seus interesses, para sua satisfação individual elevada à níveis nunca antes visto, o que faz dos outros homens e de suas vontades, meros instrumentos para realização de seus planos.

Para Slavoj Žižek, a violência não representa um projeto de poder centralizado na figura de um líder, de um mestre ou mentor<sup>18</sup> que ordena as ações dos demais homens (tal como se pode ler na categoria da Obra). A violência em Žižek quando apresentada no seu aspecto sistêmico, tem como operador da violência o próprio sistema, este sistema não tem rosto, não se materializa em uma pessoa. Mas em um conjunto de fatores que se utiliza dos aspectos simbólicos e subjetivos para garantir o poder e a sua manutenção afim de normalizar a violência. Desta forma, a violência se relaciona diretamente com o sistema de produção vigente e fazendo dele o seu operador e, por consequência, se relaciona diretamente com a democracia. Se o homem da obra em Weil nega a compreensão para se ocupar de si, a violência em Žižek não parte de negações, mas de aceitação do seu papel violento, porém, para o esloveno, é necessário que haja um teatro ideológico, ao mesmo tempo em que o sistema assume seu papel violento para criar a narrativa de que não tolera a violência e que seu maior objetivo é combatê-la. Nesse sentido é fundamental que todo tipo de violência subjetiva seja questionada e, até mesmo, criminalizada: seja o uso da força pelo Estado, ou as ações de manifestantes cobrando seus direitos – mas nunca a violência que sustenta o sistema, pois essa permanece intocável.

Essa oposição nas visões sobre a violência entre Žižek e Weil, afeta diretamente suas concepções sobre a democracia. Mas a natureza do conflito no interior da democracia se

---

<sup>17</sup> Esse líder faz uso do tédio quando lhe é necessário e quando não é mais necessário sustentar esse tédio, ele mesmo o aniquila, pois é fundamental que os homens tenham interesse com a obra, com o projeto de poder que é conduzido por ele na condição de homem da obra, o que se pressupõe aqui é um regime Ideocrático focado na figura de um só homem.

<sup>18</sup> Não que Žižek não se ocupe de debater o totalitarismo e a violência baseada na figura de um líder, principalmente na figura de Hitler, no entanto para ele, Hitler executou uma violência reativa cujo objetivo foi salvar, ou melhor, combater uma violência que questionava a execução da violência sistêmica do capital em sua época. Diz o filósofo esloveno: “a violência de Hitler, matando milhões, foi – usando o termo de Nietzsche – uma violência reativa. Ele tinha medo de que alguma coisa, de fato mudasse. O fascismo [e nazismo] foi uma tentativa desesperada de salvar o capitalismo” (Žižek, 2014). Nesse sentido, a violência que é conduzida por um homem e seu projeto totalitário é uma violência reativa que brota do medo da mudança que visa combater o sistema.

relaciona diretamente: Weil vê a democracia como uma prática racional de solução de conflitos, baseada no diálogo e na mudança contínua; já Žižek critica a democracia liberal por ser uma fachada para a manutenção do capitalismo e acredita na necessidade de rupturas radicais para se alcançar a verdadeira emancipação social; e para ambos os filósofos, o que atravessa a democracia é o uso da violência, seja uma violência orquestrada para manter o sistema, seja uma violência que brota de um estado anterior dos homens, como uma recusa da razão. De uma forma ou de outra o homem se confronta com a violência e ela se torna um limite fundamental para que se realize a democracia e as ideias de progresso no ocidente contemporâneo.

### 3. O PÊNULO DA DEMOCRACIA<sup>19</sup>

Pensar a democracia e sua relação com a violência em meio ao mundo de tensões que vivemos não é uma tarefa fácil. Esta relação talvez seja uma das mais complexas que temos desde a antiguidade, pois, como já vimos, ela não ocorre apenas na era contemporânea. Porém, a forma como essa relação se apresenta desde o início do século passado é um problema para o filósofo e para a filosofia, nos impondo a difícil tarefa de refletir e agir sobre essa relação e suas consequências na sociedade, diante do avanço da violência e dos desprezos pelas forças democráticas, esse problema assim se torna incontornável.

A relação entre violência e democracia na era contemporânea é complexa e contraditória. Pois, a democracia é concebida, em teoria, como um sistema político que promove a liberdade, a igualdade e o uso de processos pacíficos de resolução de conflitos, seja de forma coletiva ou individual. Porém, o aumento da violência em diversos setores da sociedade levanta questões sobre a eficácia desse sistema político e a forma como sua relação com a violência se estabelece nos diversos Estados modernos. Uma vez que, em várias democracias, a violência tem origens na exclusão social e nas desigualdades econômicas que afetam diretamente as populações marginalizadas e excluídas pelo Estado. A incapacidade dos sistemas democráticos promoverem políticas sociais eficazes para combater essas desigualdades pode conduzir a sociedade a sofrer com desilusões, o que leva a revoltas, como inúmeras explosões de violência, tanto em manifestações populares, como em atos individuais de violência, para Žižek (2014), isso poderia criar um autêntico evento político, capaz de alterar as relações de poder. Mas nas leituras weilianas, é possível que isso ocorra sem muito reveses, uma vez que “a democracia plenamente realizada não existe: ela está sempre por se realizar” (Weil, 2021, p. 226)

Como já debatemos exaustivamente, a violência se apresenta como o limite fundamental da democracia, pois não podemos negar que a violência estar vinculada diretamente a política e por consequência, a democracia. Weil reconhece que a democracia não está imune à violência. Muito pelo contrário, ao enfrentar ameaças ou situações em que o uso da razão não é possível, a democracia pode se ver forçada a usar a violência para se defender e manter sua ordem. Assim, a democracia é vista como um regime que tolera a

---

<sup>19</sup> Faço uso aqui do conceito presente obra do cientista político Leonardo Avritzer, que em 2019 lançou uma obra de mesmo nome com o objetivo de analisar profundamente os desafios da democracia brasileira, especialmente no contexto da recente polarização política e das crises institucionais que marcaram a década de 2010. Avritzer, professor de ciência política, examina como o Brasil transitou de um modelo democrático consolidado para um ambiente de instabilidade que coloca em risco as conquistas democráticas obtidas desde a redemocratização.



violência apenas como um último recurso e que, idealmente, utiliza-a apenas para preservar o espaço da razão e do diálogo.

É neste momento mais uma vez que apenas a visão de Weil não é suficiente. Ao desafiar a visão tradicional da democracia como um sistema que necessariamente busca reduzir a violência, Žižek nos impõe novos desafios, pois, para o filósofo esloveno, a violência não é apenas o oposto da democracia, mas pode ser intrínseca ao próprio funcionamento das sociedades modernas democráticas. Esta é a manifestação do pêndulo ao qual a democracia está submetida em um mundo de tensões: hora servindo como a protetora do diálogo e do uso da razão e outra hora agindo para assegurar o uso da violência para manutenção de suas relações de poder e dominação. Assim, como um pêndulo oscila de um lado para o outro, a democracia também tende a alternar entre os períodos de maior abertura e liberdade democráticas e períodos de retração e autoritarismo, onde as ações antidemocráticas e violência prevalecem<sup>20</sup>. Vejamos o exemplo da democracia brasileira, que desde sua origem vivenciou inúmeros momentos em que o Estado democrático de direito se estabeleceu como o protetor da razão e na ordem, porém este mesmo Estado foi o responsável por assegurar uso ostensivo da violência para garantir seu poder e dominação perante uma parcela da sociedade.

### **3.1 A violência política no Estado**

Nas formulações de Weil (2012), a violência ocorre na recusa do uso da razão, surgindo quando a linguagem e o diálogo deixam de ser suficientes, ou são de forma consciente ignorados. No contexto político, isso denota que a violência política ocorre quando não há mais a possibilidade para o diálogo, e os indivíduos recorrem à força e ao conflito. Para melhor compreender isso, podemos retomar as incidências de violência, que são abordadas na categoria da Obra, dentro da Lógica da filosofia, na qual as atitudes do homem da obra são praticadas dentro do campo político e se particiona nas ocorrências de atos de violência partindo da incidência do tédio e do totalitarismo. Essas duas formas da violência manifestadas são fundamentais para se traçar uma análise da realidade brasileira. A violência está sempre presente na vida dos homens, de múltiplas formas e de várias maneiras diferentes, o homem é atravessado pela violência do clima, imposta pela natureza, pelas catástrofes, pelas guerras. Porém, é a presença da violência na sociedade que gera um descontentamento na vida dos homens. Soares (2019, p. 29) nos diz que “sob suas múltiplas formas, a violência é o que cria obstáculos para possibilidade propriamente humana: a do contentamento de uma vida

---

<sup>20</sup> Esse conceito sugere que a democracia não é um estado estático, mas dinâmico e sujeito a variações conforme o contexto histórico e as forças sociais em ação.

sensata”. A violência social e as múltiplas explorações decorrentes dela, é o que na sociedade moderna molda a forma como o indivíduo busca um sentido e o contentamento na sociedade. Como já discutimos, essa ausência de sentido, essa falta de satisfação pode gerar o aparecimento da violência e a sua proliferação na sociedade: “essa ausência do sentido provoca o tédio, o totalitarismo; aqui todos que executam essa violência são uma falange, igualados na recusa da razão que torna todos os seres humanos em violentos” (Soares, 2019, p. 29). O tédio, é um dos responsáveis por provocar a recusa voluntária da razão, evidenciando que a razão é uma das possibilidades ao homem, isso nos mostra que a busca pelo contentamento na sociedade, da satisfação do homem não é buscada apenas através da razão, essa possibilidade de violência ao homem em sociedade, é uma das ferramentas de análise que usaremos compreender a conjuntura brasileira.

Como sabemos, o Brasil já vivenciou momentos de otimismo em relação à democracia, bem como momentos de fortes tensões, chegando a viver fases antidemocráticas. Desde o início da redemocratização do país em 1985 (após 21 anos de regime militar) passamos por momentos de instabilidade no campo político e essa instabilidade pode ser vista no uso da violência pelo Estado, no final da década de 1980. O país viu o fortalecimento de organizações criminosas, resultado da desigualdades reforçadas pelo período ditatorial; na década seguinte, o desafio político foi fortalecer um país que havia sido entregue nas mãos de uma burguesia nacional com tendências fascistas e um grupo de militantes que, mesmo fora da cadeira da presidência, ainda possuía uma grande influência no ordenamento jurídico e político do país, Porém, é no início da segunda década do século XXI que tensões políticas, antes reprimidas e “deixadas” de lado, voltam ao cenário nacional, esse ano em questão é 2013,

até 2013, todos os indicadores de curto prazo apontavam para a consolidação e fortalecimento da democracia no país. Nos quase cinco anos que vão de junho de 2013 a 2018, houve uma completa inversão de condições, com a produção de um ‘mal-estar’ na democracia (Avritzer, 2018, p. 273).

O Brasil a partir de 2013 teve um aumento no uso da violência política por parte do Estado, até o início daquele ano o país experimentava um avanço e um fortalecimento nos indicadores do uso da democracia, e desde o início do século XXI, o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a presidência da República, porém em 2013, viu os seus 10 anos no poder ameaçados, uma vez que parte dos eventos iniciados em junho daquele ano partiram da insatisfação de parcela significativa da população brasileira relegadas aos arranjos políticos que viviam até então. As manifestações de junho de 2013 no Brasil foram motivadas por um sentimento de insatisfação acumulado que combinava tédio, frustração e uma

explosão de tensões sociais. A princípio, os protestos surgiram como reação ao aumento das tarifas de transporte público em cidades como São Paulo. No entanto, rapidamente se expandiram, transformando-se em um movimento de massa que expressava uma ampla insatisfação com as condições de vida, a corrupção política, os serviços públicos deficientes e a ausência de perspectivas de mudança significativa.

O tédio, neste contexto, foi mais do que um simples marasmo individual, representava um estado coletivo de insatisfação com o cotidiano urbano e com a alienação política sentida por muitos brasileiros, especialmente entre os jovens. Esse tédio não era o de uma estagnação passiva, mas uma inquietação intensa que buscava romper com a normalidade de uma vida sem perspectiva, controlada por políticas públicas distantes das necessidades dos populares,

o sentimento do tédio se extravasa de várias maneiras, sendo um fato observável: crimes sem motivo, uso de entorpecentes, formas de caçar emoções e distrações. Trata-se de uma forma de revolta do puro arbítrio dada como um sentimento de insatisfação não direcionado contra tal ou qual aspecto da organização social, mas contrário à própria organização no que ele tem de racional (Soares, 2019, p. 102).

Na realidade brasileira o tédio também estava ligado à falta de alternativas e de canais de diálogo entre a população e as autoridades (fruto de um distanciamento entre a política institucional e o povo), o que gerou uma percepção de impotência que, por sua vez, se transformou em uma resposta mais radical e violenta nas ruas. Nas manifestações, o clima de revolta começou a se expressar em confrontos com a polícia, vandalismo e ação direta contra os símbolos do poder. Esses episódios de violência revelavam não apenas uma reação contra a repressão policial, mas também uma forma de romper com a rotina de uma cidade em que muitos se sentiam alienados e desamparados. A violência se tornou uma rotina nos atos de junho de 2013, a linguagem usada era a de violência, atos isolados e coletivos, que partiram da insatisfação da sociedade que naquele momento questionava as ações do governo brasileiro. A obra que o tédio foi capaz de produzir no Brasil neste cenário político foi uma violência gratuita, orquestrada por pequenos grupos, motivados pela insatisfação política, mas essa violência evoluiu e começou a afetar diretamente o cenário político brasileiro, o que vimos, a partir disso, foram batalhas campais em inúmeras capitais brasileiras, onde o Estado usou da força para salvaguardar a ordem e a democracia, frente a grupos de manifestantes que fizeram uso da violência, como uma resposta às ações que julgavam incorretas pelo governo federal.

Porém, o cenário do avanço da violência política não ficou restrito ao mês de junho de 2013, as incidências de violência no país avançaram a níveis alarmantes para o estabelecimento da democracia. Uma vez que, passadas as tensões de 2013, o país ainda

enfrentaria novas manifestações e casos de uso da violência contra população em 2014, durante os atos contra a Copa do Mundo realizada no Brasil e as eleições presidenciais daquele ano, que já marcava a virada das correlações de forças no Brasil, mesmo com vitória garantida nas urnas, o Governo de Dilma Rousseff (PT) viu sua base no congresso diminuir e as forças reacionárias avançarem diante da insatisfação de parcelas da população, fatos esses que culminaram no impeachment da Presidenta reeleita e a consolidação da direita no poder do país.

Nas eleições de 2018 no Brasil, o tédio e a violência estiveram presentes como sentimentos subjacentes, refletindo um cenário de polarização e desencanto com a política tradicional. Esse contexto foi marcado por uma profunda insatisfação com a corrupção, os problemas econômicos e a sensação de que as promessas políticas não estavam sendo cumpridas. O tédio aqui se relaciona a uma exaustão com o sistema político, uma descrença nas soluções oferecidas por partidos e candidatos tradicionais, e uma inquietação coletiva que buscava alternativas fora do espectro político convencional. O tédio político de muitos brasileiros se manifestava em uma frustração crescente com a falta de perspectivas e com o ciclo aparentemente interminável de crises políticas. Esse sentimento de impotência e insatisfação, acumulado ao longo dos anos, levou a uma busca por mudanças drásticas e por lideranças que pudessem romper com o establishment político. Isso abriu espaço para discursos populistas e extremados, que se apresentavam como soluções rápidas e duras para questões complexas.

Em 2018, a violência política ganhou uma nova dimensão, expressando a polarização do país. As redes sociais se tornaram um campo de batalha, onde opiniões divergentes frequentemente se transformavam em confrontos agressivos. Esse fenômeno ampliou a divisão entre grupos e fomentou o discurso de ódio, que se refletia também em episódios de violência física, ameaças e ataques pessoais entre eleitores, influenciando até mesmo o cotidiano das famílias e dos ambientes de trabalho. A eleição foi marcada pela presença de um candidato que se autointitulava “antissistema” e de extrema-direita, Jair Bolsonaro, que personificou a reação ao tédio e ao ressentimento com a política tradicional, usando um discurso de ruptura e de enfrentamento direto às instituições que muitos eleitores viam como corruptas e distantes. Esse discurso captou o espírito de parte da população que via a violência como um meio para “limpar” a política, alimentando o clima de radicalização. E neste momento vemos os limites da violência produzida pelo tédio e sua diferença com a cepa totalitária.

Uma vez que a violência do tédio não permite uma grande expansão organizada já que alicerçada no conjunto de atos isolados de violência, que servem para reforçar a revolta do homem e o seu sentimento de insatisfação, então a obra produzida pelo tédio não necessita de uma figura de liderança e um Estado ideocrático para se tornar uma realidade na sociedade, porém é o tédio que torna possível a incidência da violência totalitária,

o tédio, o vazio de sentido, é um estado que torna os homens pré-dispostos à sedução do totalitarismo. Não obstante, após implementado, o Estado totalitário não pode permitir que o tédio aflore e se alastre, pois ele inviabilizaria o movimento da violência total, que necessita de organização para operar (Soares, 2019, p. 185).

Mas e a violência totalitária, ela possui uma incidência na realidade brasileira? É um fato que a violência totalitária exige um Estado de exceção, baseado na força, na presença de um grande líder, no uso irrestrito da violência pelo Estado, essas são características que podemos observar na Alemanha nazista, na Itália fascista e no Brasil, características que estão presentes no regime ditatorial que governou o Brasil entre os anos de 1964 e 1985. Porém, a realidade que vivemos é outra, e nossa análise diz respeito ao período atual da conjuntura brasileira, ainda assim neste contexto podemos fazer alguns apontamentos de uma violência totalitária presente no Estado brasileiro.

O tédio produzido no Brasil gerou uma violência que chegou a vários extremos, nas eleições de 2018. Ele se materializou mais uma vez nos vários discursos de ódio e atos de violência nas sociedades em defesa de uma mudança no cenário político nacional e, ao término daquele momento, o resultado das eleições nos levaram a novos atos de violência com a eleição de Jair Bolsonaro. Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), muitas práticas, retóricas e políticas geraram preocupações sobre uma possível tendência autoritária, embora o Brasil não tenha oficialmente adotado um regime totalitário. No entanto, houve inúmeros sinais e práticas que associaram o país a um regime totalitário, especialmente em termos de repressão a opositores, uso de discurso violento e ameaças à democracia.

Na Obra o mundo ganha uma forma nova, segundo o projeto da obra de substituir o universal: “o mundo, poder-se-ia dizer, volta assim a se tornar matéria para o homem” (Weil, 2012, p. 498). A forma como homem da obra faz isso é através da linguagem, é o processo de instrumentalização do discurso, um instrumento para dominar a sociedade e o Estado, “como os homens acreditam na linguagem, o homem da obra deve subordinar a linguagem do trabalho e da organização à obra” (Soares, 2019, p. 180), sendo assim,

é preciso, portanto, que eles subordinem sua linguagem do trabalho e da organização a uma nova linguagem que corresponda à obra. A obra produz, então, sua linguagem própria, uma linguagem na qual ela se apresenta e se

impõe aos homens que, por sua vez, não têm obra. Do ponto de vista deles, o essencial da obra está presente nessa linguagem: eles aprendem que sua vida não teve sentido até aqui, que seus valores não eram autênticos, que eles não eram livres, que eram suficientemente ingênuos para se deixarem capturar por um interesse concreto que, erroneamente, se pretendia único, que eles se entregavam à fadiga e ao tédio de uma vida cujo sentido estava estabelecido acima deles; em suma, todas as categorias contribuem, alternadamente e de acordo com as exigências da obra, para criar o vazio no qual a obra possa se instalar para dirigi-los (Weil, 2012, p. 503 - 504).

Desta forma, o objetivo da linguagem da obra é obter poder sob o homem, pois esses homens nada significam ao homem da obra, eles são os degraus para que esse homem possa chegar aos seus objetivos. Eventos dessa natureza puderam ser visto na realidade brasileira desde o início da era Bolsonaro, a instrumentalização da linguagem foi fundamental para se comunicar com seus apoiadores, onde as redes sociais foram fundamentais para isso, mas o que imperava nesta forma de linguagem era a sentimento de si e a violência. Frequentemente seu governo usou da retórica de confronto, sugerindo que opositores e críticos, incluindo membros do judiciário, da imprensa e políticos adversários, eram inimigos da pátria. Seu discurso frequentemente incluía ameaças de violência ou referências à época da ditadura militar, como tortura e repressão aos que considerava “subversivos”. Isso alimentou a polarização política e incentivou atos de violência, sobretudo por parte de alguns apoiadores mais radicais, que ocorreram justamente pela instrumentalização da linguagem, uma linguagem que só é necessário para seus planos de poder,

[...] a linguagem lhe é tecnicamente necessária, mas essa linguagem não um valor em si mesma: a linguagem age, ela proporciona aquele poder sobre os homens que lhe é indispensável, ela não é o fim em si. O que o criador diz é sempre, portanto, a mesma coisa: ‘Eu sou o criador da obra; é preciso realizar o projeto que eu trago diante de vós, adiante de vós; é preciso sentir que deveis subordinar-vos a ele com tudo que tendes e tudo que sois (Weil, 2012, p. 506).

Apesar de não se comparar ao nível de destruição da obra totalitária de Hitler, o -Estado violento orquestrado por Bolsonaro e seus aliados pode ser considerado como um Estado que esteve próximo de aderir ao nível final da violência pura, uma recusa total da razão e o uso exclusivo da violência na política e na vida de toda sociedade. Bolsonaro não foi um ditador, mas fez claramente uso do resultado da violência do tédio e conseguiu produzir arquétipos da violência totalitária em seus quatro anos de governo, suas ações violentas contra seus opositores gerou inúmeras tensões, que resultou em um Estado que fez uso da violência para manter seus governantes e aliados no poder. A violência se tornou uma característica fundamental deste governo e seu final, com os inúmeros acampamentos em frente aos quartéis

do exército brasileiro, só reforçam que como um típico homem da obra, Bolsonaro apenas fez uso das pessoas e seu sentimento para tentar se manter no poder.

### 3.2 A política do medo

Para Žižek (2014), a variante política que predomina na política atual é a biopolítica pós-política, segundo o filósofo esloveno,

a “pós-política” é uma política que afirma deixar para trás os velhos combates ideológicos para se centrar, por outro lado, na gestão e na administração especializadas, enquanto a “biopolítica” designa como seu objetivo principal a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas. É evidente que hoje as duas dimensões se sobrepõem: quando se renuncia às grandes causas ideológicas, tudo o que resta é a administração eficaz da vida... ou quase apenas isso. O que significa que, com a administração especializada, despolitizada e socialmente objetiva e com a coordenação dos interesses como nível zero da política, a única maneira de introduzir paixão nesse campo e de mobilizar ativamente as pessoas é através do medo, um elemento constituinte fundamental da subjetividade de hoje (Žižek, 2014, p. 45).

Sendo assim, o que reina na atual conjuntura política é administração da vida dos homens e mulheres através do Estado, essa administração despolitizada leva em conta apenas o interesse dos governantes e não o bem-estar da sociedade, o que interessa aqui é o pleno funcionamento do Estado, mesmo que tenha que usar a força para isso, daí surge a necessidade de introduzir o medo na política cotidiana. Por isso Žižek trata de colocar a biopolítica presente na sociedade;

em última instância uma política do medo que se centra na defesa contra o assédio ou vitimização potencial. [...] A política que renuncia a própria dimensão constitutiva do político, uma vez que releva do medo enquanto seu supremo princípio mobilizador: medo de imigrantes, medo da criminalidade, medo de uma depravação sexual ímpia, medo do próprio excesso de Estado e da sua carga tributária elevada (Žižek, 2014, p. 45-46).

Para o filósofo esloveno, a política do medo é uma estratégia usada para manter as pessoas sob controle e para justificar ações políticas autoritárias, limitando a liberdade e a autonomia do indivíduo. Esse mecanismo se baseia em criar um estado de alerta constante e em reforçar a ideia de que existe uma ameaça contínua e iminente. Žižek argumenta que, na política contemporânea, o medo é constantemente utilizado para manipular a população, promovendo uma sensação de insegurança e urgência. Ele sugere que esse medo é cultivado pela mídia e pelas instituições, especialmente após eventos trágicos ou ameaças terroristas, por exemplo. Esse clima de medo justifica restrições e medidas de vigilância, pois as pessoas se sentem mais propensas a aceitar perdas de liberdade em nome da segurança, essa política

do medo também nos aliena, pois ficamos mais propensos a abdicar de questionar a autoridade ou o sistema político em troca de uma suposta proteção. Em vez de nos unirmos e buscarmos soluções coletivas para os problemas estruturais, nos tornamos cada vez mais fragmentados e propensos a seguir as narrativas que oferecem segurança, mesmo que temporária.

Em tempos de predominância de uma tal política, que se orienta pelo medo, Žižek apresenta um quadro característico da atualidade onde a tolerância passa a coincidir com o seu contrário, ou seja, devemos ser tolerantes com o outro na medida em que efetivamente não devemos nos aproximar demais dele, a ponto de invadir seu espaço. Em outros termos, devemos respeitar a intolerância do outro à nossa proximidade excessiva, daí que a máxima “teme o teu próximo como a ti mesmo”, enquanto contraposição a um princípio basilar do cristianismo, passa a fundamentar uma forma de comportamento das sociedades capitalistas [...] (Ramos Sarmiento, 2020, p. 188-189). Essa nova modalidade política surge no campo das democracias do ocidente a partir dos eventos do 11 de setembro nos EUA, evento que gera uma série de apreensões na comunidade internacional, na medida em que o Estado protagoniza uma postura violenta diante dos fatos ocorridos. O Estado neste momento toma suas posturas; a tentativa de restaurar a ordem e tranquilidade e busca dar uma resposta à altura dos atos de terror cometidos. Ora, o que ambas as posturas têm em comum? O forte uso da violência e do medo para restaurar uma estabilidade abalada e, para isso, foi necessário imputar ao “outro” uma figura de inimigo da nação, neste caso, o outro a ser fixado como inimigo foi toda a comunidade árabe, alçada ao papel de terroristas em potencial. Esse modus operante será replicado por inúmeras nações ocidentais mundo a fora no século XXI.

As manifestações no Brasil em 2013 são um bom exemplo para pensar a política do medo no contexto brasileiro. Naquele ano, os protestos começaram de forma relativamente pacífica, motivados inicialmente por questões como o aumento das tarifas de transporte público em São Paulo. Logo, no entanto, ganharam amplitude e passaram a abordar uma série de insatisfações da população, como corrupção, precariedade nos serviços públicos e altos custos de grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014. Nesse contexto, a política do medo pode ser observada na reação das autoridades e na cobertura da mídia. A grande mobilização popular assustou o Governo Federal – assim como os governos estaduais, principalmente nas principais capitais do país, onde os atos tomaram proporções gigantescas – e as elites políticas, que passaram a adotar uma narrativa que enfatizava a ameaça que esses protestos poderiam representar para a ordem pública e a estabilidade nacional. Em muitos momentos, a repressão violenta por parte da polícia foi justificada pela necessidade de



“garantir a segurança” e de controlar supostos “vândalos” que estariam infiltrados nas manifestações. Esse tipo de discurso criou um clima de medo, polarizando a opinião pública entre apoiadores e críticos dos protestos.

Contra as manifestações desencadearam-se dois tipos de violência. Uma direta, através de Polícia Militar e seu batalhão de choque, e outra simbólica. Era necessário que o bisturi da ideologia dissecasse as manifestações, separando um suposto núcleo saudável, que polidamente manifestava seu descontentamento, de uma “minoría” de “vândalos e arruaceiros”, que manchavam com violência a pureza da manifestação pacífica (Iasi, 2014, p. 173).

A mídia, especialmente em alguns de seus segmentos, também contribuiu para reforçar esse clima ao enfatizar episódios de vandalismo e violência, enquanto muitas vezes deixava, em segundo plano, as reivindicações legítimas da população. Esse enfoque ajudou a distorcer a imagem do movimento, o que não só causou receio em parte da população, como também serviu para justificar a intensificação da repressão e das medidas de vigilância. A política do medo usada nesse período pode ter contribuído para enfraquecer a mobilização popular e dispersar as demandas, desviando o foco das reivindicações iniciais e reforçando uma sensação de desconfiança entre a sociedade civil e o poder público. Isso preparou o terreno para um contexto político polarizado, em que o medo passou a ser uma ferramenta recorrente para manipular a opinião pública e justificar ações autoritárias – uma dinâmica que se intensificaria nos anos seguintes no cenário político brasileiro, fazendo da política do medo, um dos elementos de ruptura do cenário da política institucional do Brasil.

A partir de 2014, o Brasil viveu uma série de eventos e crises que contribuíram para intensificar essa política do medo: a Operação Lava Jato, o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, o aumento da violência urbana, a crise econômica e o avanço do discurso de combate à corrupção. Em meio a essas crises, o medo passou a ser frequentemente associado a figuras políticas ou grupos identificados como “inimigos” da ordem, da economia ou dos valores tradicionais. A polarização política se intensificou, e o medo do “outro” passou a ser uma estratégia discursiva frequente, usada pela direita. Esse “outro” era frequentemente apresentado como uma ameaça à estabilidade, aos valores familiares, à segurança pública ou à soberania nacional, levando parte da população a abraçar líderes que prometiam medidas duras e respostas autoritárias a esses supostos riscos.

O aumento da violência e da criminalidade também foi usado como justificativa para a adoção de políticas mais repressivas e punitivas, muitas vezes voltadas a minorias e grupos marginalizados, que passaram a ser vistos como fontes de insegurança e ameaças à ordem social. A cobertura midiática de crimes e o enfoque na segurança pública ampliaram a

sensação de medo, gerando apoio para políticas de segurança militarizadas e para candidatos que prometiam restaurar a ordem a qualquer custo. Desta forma, a política do medo no Brasil pós-2013 se consolidou como uma estratégia de controle social e político que fragmentou a sociedade e distanciou as pessoas de um debate construtivo sobre as causas estruturais das crises nacionais. Em vez de buscar soluções para questões de desigualdade, corrupção e precarização, essa política desviou o foco para antagonismos entre grupos e para a identificação de “inimigos” internos e externos. Essa dinâmica ajudou a consolidar um cenário de polarização e incerteza, no qual o medo é explorado para justificar medidas autoritárias e reduzir a autonomia e a solidariedade entre diferentes setores da sociedade.

Todas essas circunstâncias criaram o caminho que levou Jair Bolsonaro até a presidência da República em 2018. O seu governo seria a expressão máxima da aplicação do uso da política do medo, da incidência da violência simbólica e do uso das forças do Estado para garantir a ordem. O início do seu governo é marcado pelos atos intitulados “tsunami da educação”, atos massivos do setor da educação brasileira que tomaram as ruas a partir de março de 2019 e a Greve geral em abril do mesmo ano, em ambos os casos o governo não poupou esforços na tentativa de criminalizar os manifestantes e usar da força e da violência para tentar impedir o avanço dos protestos nas principais cidades do país. A política do medo no governo Bolsonaro tomou nuances ainda mais violentas, onde o medo do “outro” alçou figuras de esquerda ao nível de inimigos do povo e potenciais terroristas. Porém, diferente de 2013, dessa vez, até mesmo setores da mídia tradicional foram alvos da violência do Estado.

Tais mudanças, foram responsáveis por, mais uma vez, colocar em risco a democracia no país, pois não se tratava mais de ações direcionadas a grupos de manifestantes, mas sim uma incorporação a política de Estado, o onde o medo evoluía em uma escalada de violência contra grupos políticos, étnicos e raciais. O país viveu momentos de grande fragilidade política e novamente as contradições do regime democrático moderno foram colocadas à prova, uma vez que o governo em questão foi levado ao poder através do voto, seguindo os ritos da constituição brasileira. O resultado das urnas trouxe à tona um governo que colocou a própria democracia em risco, colocando-a sob limites em várias situações, o frequente uso da violência por parte desse governo, não fez apenas a população ir mais vezes as ruas, como aconteceu em 2020 (em plena pandemia) e em 2022, mas fez com que seus adversários políticos do campo da esquerda e a própria comunidade acadêmica internacional<sup>21</sup> tipificar

---

<sup>21</sup> Tanto a mídia nacional, quanto à internacional em vários momentos levantaram esse debate sobre as práticas do governo Bolsonaro assumirem em vários momentos características de um regime fascista aos moldes do que afetou a Itália e Alemanha na década de 1930 uma das provas disso é entrevista do Professor filosofia Jason Stanley, da Universidade de Yale, que relaciona o governo Bolsonaro a práticas fascistas dentro da América

como fascista. Uma clara demonstração de onde vem os fundamentos do uso ostensivo da violência na política e as novas variantes políticas a quais estamos submetidos.

### 3.3 A possibilidade democrática

Com base nas filosofias de Weil e Žižek podemos analisar e compreender o cenário político nacional, para isso, é necessário aceitar que a violência política no Estado foi a grande protagonista da realidade política brasileira nos últimos 10 anos, uma violência que pode ser tipificada de várias formas, seja através do tédio ou através da política do medo. O certo é que a sua presença ocorre em nossa realidade e afeta diretamente a forma como estabelecemos as relações em nossa sociedade. Ao considerar o pêndulo da democracia no Brasil, Slavoj Žižek e Eric Weil oferecem reflexões complementares, ainda que provenientes de tradições filosóficas distintas. Enquanto Žižek, com sua abordagem crítica e dialética, interpreta os movimentos democráticos a partir das tensões e sintomas das contradições ideológicas, Eric Weil, com sua filosofia da razão e da liberdade, propõe um entendimento normativo sobre como as sociedades devem lidar com conflitos para alcançar um equilíbrio democrático.

Žižek entende a política como uma arena de conflito ideológico em que as democracias frequentemente oscilam entre extremos. Suas ideias sobre o populismo, o capitalismo e a política do medo ajudam a interpretar o pêndulo político brasileiro, a oscilação entre esquerda e direita no Brasil reflete contradições internas ao sistema democrático-capitalista. A emergência de líderes populistas, como Jair Bolsonaro, pode ser vista como uma reação às falhas percebidas de projetos progressistas anteriores, como os de Lula e Dilma Rousseff. O filósofo esloveno enfatiza que nenhuma democracia está livre de ideologia. No Brasil, o pêndulo reflete disputas sobre narrativas hegemônicas — seja o neoliberalismo, o populismo de direita ou o progressismo de esquerda —, com cada uma oferecendo respostas parciais às crises sociais e econômicas.

Eric Weil, com sua filosofia, analisa a política como um espaço em que o conflito é inevitável, mas deve ser ordenado pela razão para preservar a liberdade. Suas ideias ajudam a pensar o pêndulo democrático brasileiro como uma manifestação de desafios normativos e institucionais. Para Weil, o tédio não é apenas uma condição psicológica ou individual, mas um fenômeno político que emerge quando as instituições falham em responder às

---

Latina. “ ‘Acho que Bolsonaro não é um intelectual como alguns dos integralistas — [Plínio] Salgado é o exemplo mais óbvio. Mas se você tirar o anti-semitismo de Salgado e [Gustavo Dodt] Barroso por exemplo, você terá um Bolsonaro”, compara. “O anticomunismo é o que mantém o fascismo unido, pintando seus oponentes como comunistas. O fascismo representa democracias não comunistas como comunismo, e depois diz que você precisa de um líder fascista forte para acabar com isso’ ” (Stanley, 2020, p. 01).

necessidades dos cidadãos e tornam a vida pública desprovida de sentido, as decepções promovidas pelo mecanismo social presente na sociedade contemporânea acaba por estimular a insatisfação e a presença de tensões políticas ligadas à indivíduos e grupos políticos. Todo esse espaço de tensão acaba por criar uma obra violenta sociedade, que como podemos perceber pode cair na tentação do totalitarismo, aderindo de uma vez por todas a recusa voluntária da razão e aos desejos de um líder que se estabelece como o mito, o senhor da Obra e da vontade dos demais homens.

Embora as filosofias de Eric Weil e Slavoj Žižek apresentem abordagens, horizontes e perspectivas frequentemente antagônicas, ambas oferecem ferramentas analíticas indispensáveis para compreender a complexa realidade brasileira. Ao situarmos esses pensadores no contexto das tensões vividas pela frágil democracia brasileira, emerge um terreno fértil para análises que abarcam tanto a presença indiscriminada da violência quanto sua implicação estrutural no ordenamento político-institucional e na vida cotidiana de milhões de brasileiros. Essa violência não se reduz à escalada de crimes, assaltos e homicídios, mas reflete algo mais profundo: uma dinâmica constitutiva da sociedade contemporânea e de suas configurações de poder.

Para Weil, a violência é um tema central, pois representa a negação da racionalidade e da liberdade, elementos fundamentais para a realização da filosofia como mediação. Na perspectiva weiliana, o uso da violência no contexto político brasileiro evidencia um déficit de racionalidade democrática e ética, onde a linguagem do poder se impõe sobre a possibilidade do diálogo e da reconciliação. A democracia, nesse sentido, é desafiada por uma pulsão de dominação que perpetua desigualdades e marginalizações, impedindo a realização de uma sociedade verdadeiramente racional e equitativa.

Já Žižek, ao dialogar com a psicanálise e o marxismo, propõe uma visão distinta: a violência é inerente à ordem simbólica e estrutural da sociedade. Para ele, o Brasil, com suas desigualdades históricas e a concentração de poder em uma elite econômica e política, exemplifica a “violência sistêmica” que sustenta o funcionamento do capitalismo global. Žižek não apenas reconhece a violência explícita, mas também a implícita, que opera invisivelmente nas estruturas institucionais, econômicas e culturais. A democracia, nesse cenário, é vista como uma forma precária e limitada de organização social, que frequentemente mascara essas violências estruturais, impedindo a verdadeira transformação. No entanto, tanto Weil quanto Žižek, de formas diferentes, vislumbram a possibilidade democrática. Para Weil, a superação da violência exige o exercício contínuo da razão e a busca por uma ética universal que seja capaz de reconciliar os conflitos humanos. Para Žižek,

é necessário “arriscar o impossível”, desafiando as formas hegemônicas de poder e explorando horizontes revolucionários, onde uma nova sociedade possa emergir.

Aplicadas ao Brasil, essas perspectivas abrem caminhos distintos, mas complementares, para a análise democrática. Enquanto Weil aponta para a necessidade de reconstruir os fundamentos éticos e racionais do espaço público, Žižek provoca a reflexão sobre as rupturas necessárias para superar a violência estrutural que sustenta as desigualdades. Assim, mesmo reconhecendo os limites inerentes à democracia, ambos filósofos convergem na valorização das capacidades humanas de transformar a realidade, reafirmando que a violência, ainda que constitutiva, pode ser também o horizonte para o nascimento de novas possibilidades sociais e políticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Presente trabalho buscou realizar uma ostensiva análise de dois imponentes filósofos, duas filosofias que por mais que não se encontrem em muitos aspectos, são fundamentais para compreendermos os problemas do nosso tempo. E sem sombra de dúvidas, uma parte destes problemas reside na relação conflituosa que se apresenta na modernidade entre a violência e a democracia. Vivemos em uma sociedade em que as formas de governo, que se estabelecem com o passar do tempo apresentam inúmeras contradições, e obviamente a democracia não está afastada deste fato, daí o porquê especialmente a partir do início do século XX, o debate sobre a democracia tem se tornado cada vez mais frequente, os conflitos do início do século passado, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, colocaram à prova o modelo democrático que até então o ocidente havia estabelecido, não queremos aqui dizer que este é um primeiro momento em que a democracia se confronta com a violência, porém os eventos que acontecem no início do século moldando radicalmente a nossa experiência com a democracia bem como a introdução da violência na vida política cotidiana, como salientamos em muitos momentos, a violência a qual estamos debatendo não é meramente os casos de roubo, assalto e os diversos conflitos urbanos aos quais somos submetidos diariamente, mas sim a forma como a violência é introduzida na política e se manifesta das formas mais sutis visando estabelecer um regime que cerceia a liberdade na população. Para lidar com essa problemática as filosofias de Eric Weil e Slavoj Žižek tornam-se incontornáveis, diante do atual cenário que estamos inseridos, duas grandes filosofias, dois momentos complexos da sociedade humana, nos quais os dois filósofos são capazes de nos oferecer análises fundamentais para que possamos debater tais problemas.

A violência em Weil, surge dentro da categoria da Obra, na *Lógica da filosofia*, surgindo a partir da dualidade entre razão e violência, na qual a violência da Obra emerge a partir da negação do discurso absolutamente coerente, representado pela categoria anterior, o Absoluto. Sendo este absoluto a via coerente do homem que optar pela razão e a Obra a via do homem que optou pela violência com conhecimento de causa. Nessa opção, pela violência de forma consciente, reside o ponto fundamental para entendemos essa violência, pois este homem não é violento por ignorância, mas é de forma consciente, notamos que ele sabe da existência de uma compreensão, porém ele escolheu não ser compreendido e nem compreender o mundo a sua volta.

Ao optar pela violência de forma consciente, o homem da obra assume uma postura violenta e está disposto a levar essa opção as últimas consequências. Por esse motivo, essa é

uma violência pura, pois não se preocupa com o ser do homem. Observou-se que essa violência pura opera de forma totalitária e através do tédio. Este último, aparece como sintoma e como fase antecedente e necessária a serviço da violência totalitária. Pelo fato do tédio tomar conta aos poucos da sociedade, faz com o que o homem não busque um sentido, negando a razão e a compreensão para se ocupar de um sentimento de si, mas esse homem imerso no tédio ainda não é capaz de criar uma obra, pois ele age só, sua violência opera de forma individual ou através de pequenos grupos, aqui ainda não existe um projeto de poder.

A experiência de Weil com a Segunda Guerra Mundial não moldou apenas a sua visão sobre a violência, mas também sua percepção sobre a democracia e a sua crise vivenciada desde o início do século XX. Weil foi perspicaz em seu debate sobre a democracia, para ele esse regime é um dos mais difíceis de se descrever, assim como é difícil de se realizar de fato, tendo em vista suas inúmeras contradições na sociedade. Por isso, para o filósofo franco-alemão a democracia é um dos bens mais insubstituíveis da modernidade, pois sua realização depende de uma escolha consciente do uso da razão, da escolha pela possibilidade de razoabilidade do homem e o seu uso prático na sociedade. Para abordar as questões que emergem diante desse cenário, recorreremos à obra de Eric Weil, especialmente dois textos escritos no início da década de 1950 e dedicados à temática democrática. Nesses trabalhos, Weil inicia sua análise a partir da dificuldade inerente à compreensão da democracia, marcada pela escassez de experiências históricas que concretizem plenamente o ideal que o termo propõe. Diferentemente de muitos pensadores que buscam adjetivar o conceito para delimitar suas possibilidades, Weil adota outra abordagem. Ele enfatiza o caráter intrinsecamente dinâmico da democracia, identificando sua essência na prática de uma discussão em constante evolução. Para o filósofo, essa característica não apenas define os limites, mas também aponta para o potencial transformador da democracia, ao reforçar sua dependência de uma interação crítica e contínua entre os indivíduos e as instituições que a sustentam.

No que diz respeito a Slavoj Žižek e sua visão da violência, podemos destacar por meio dessas análises que o filósofo busca compreender esse conceito tão importante para nosso tempo, ao mesmo tempo em que promove uma severa crítica ao atual sistema político e econômico em que vivemos. A violência em Žižek – diferente de Weil – se encontra tripartida em conceitos fundamentais que se relacionam de forma dialética, para atuarem em nossa realidade. Essas três noções de violência alteram a percepção dos homens e fazem com o que não enxerguem os erros e contradições do sistema capitalista. É ela que molda as relações dos agentes sociais, pois presente mesmo nas mais simples atitudes que temos na sociedade. Se apresentando de forma subjetiva, simbólica e sistêmica a violência, na acepção

zizekeana, sustenta as mais “democráticas” formas de governo presentes no capitalismo. A partir de Žižek podemos perceber que mesmo os governos mais “democráticos” são capazes de promover atos de violência, como atirar bombas em países subdesenvolvidos no Oriente Médio. Na sua passagem ao ato, Žižek toma para si o conceito benjaminiano de violência divina, um caminho a um ato de violência revolucionária. Se a violência tripartida debatida até agora é o que sustenta as relações de poder dentro do capitalismo, é a violência revolucionária que serve de ponto de virada para um novo momento, para uma possível mudança da realidade das coisas. Pois não é a violência que funda o direito, mas a que busca aniquilá-lo, já que violência contra os opressores, praticada pelos oprimidos em um gesto de pura insatisfação contra sua situação. É ela que alicerçará o caminho para uma virada da atual conjuntura. Se a violência até agora prende e cerceia, não é o caso da violência revolucionária que busca libertar e transgredir o que sustenta as opressões.

Slavoj Žižek oferece uma contribuição significativa para a compreensão crítica da democracia na contemporaneidade, analisando-a como uma técnica de governo que, ao invés de representar um ideal universal de liberdade e igualdade, atua para legitimar e perpetuar a lógica do capitalismo global. Em sua visão, a democracia liberal frequentemente mascara contradições estruturais, funcionando como um mecanismo que sustenta as dinâmicas de exploração e exclusão inerentes ao sistema capitalista. Desta forma, a ilusão democrática torna-se o centro da crítica do esloveno ao sistema capitalista, uma forma de democracia baseada apenas em fortalecer as instituições que dão suporte ao funcionamento do capitalismo, enquanto a população vive imersa em um mar de ilusões. Com tantos acontecimentos que levam o homem a ilusão de democracia liberal, ele acaba por recorrer a violência, uma violência semelhante ao que o Estado fará uso para manter a ordem nas instituições e na sociedade.

A oposição entre as visões de Eric Weil e Slavoj Žižek sobre a violência reflete diretamente suas concepções de democracia, destacando abordagens distintas, mas complementares, sobre o conflito em seu interior. Para Weil, a democracia é uma prática racional voltada para a resolução de conflitos, fundamentada no diálogo e na transformação contínua, enquanto Žižek critica a democracia liberal por sua função ideológica de sustentar o capitalismo, defendendo rupturas radicais como caminho para a emancipação social. Ambos reconhecem, entretanto, que a violência atravessa a democracia de forma fundamental: seja como uma força estruturalmente orquestrada para preservar o sistema, seja como uma expressão primal que desafia a razão. Assim, a violência emerge como um limite crucial que a



democracia precisa enfrentar para realizar plenamente os ideais de progresso e emancipação no Ocidente.

Apesar de suas visões conflitantes, as filosofias de Eric Weil e Slavoj Žižek oferecem ferramentas analíticas fundamentais para compreender a conjuntura política brasileira. É inegável que a democracia no Brasil enfrenta momentos de intensa tensão desde seu restabelecimento na década de 1980, intensificados pelo crescimento de grupos de extrema direita após 2013. A violência tornou-se um elemento central na vida política do país, manifestando-se tanto em conflitos cotidianos quanto no uso estratégico pelo Estado. Se Weil permite entender a escalada dessas tensões como um fracasso do diálogo racional na resolução de conflitos, Žižek nos oferece uma visão crítica sobre a instrumentalização da violência pelo Estado para manter a ordem e ocultar as contradições sociais.

No Brasil, a figura de Jair Bolsonaro emerge como catalisadora de uma política baseada no incentivo à violência, seja no cotidiano das relações sociais, seja como ferramenta de sustentação de estruturas opressivas. Para Weil, isso reflete a falência de uma democracia que deveria operar como espaço de racionalidade e mediação. Já para Žižek, a violência política nesse contexto expõe as dinâmicas estruturais do capitalismo tardio, onde a repressão estatal e o populismo autoritário mascaram a precariedade das condições de vida e alimentam divisões ideológicas.

Eric Weil e Slavoj Žižek se apresentam como dois filósofos indispensáveis para a compreensão do problema da violência e sua relação com a democracia, oferecendo perspectivas fundamentais para analisar questões tão urgentes em nosso tempo. Ora convergentes, ora divergentes, o franco-alemão e o esloveno exploram a violência de forma original e complexa, inserindo-a no cerne das reflexões sobre a dinâmica democrática. Para Weil, a dialética entre violência e discurso é central, configurando-se na transição do conflito bruto para a racionalidade, onde a democracia emerge como um espaço de diálogo capaz de conter a violência e promover o progresso. Já em Žižek, a democracia liberal é criticada por mascarar as contradições do capitalismo, enquanto a violência assume um caráter emancipatório, capaz de romper com a ordem existente e inaugurar possibilidades de transformação radical. Assim, as contribuições desses dois grandes pensadores revelam como a democracia não pode ser dissociada do problema da violência, constituindo-se como um terreno de confronto entre manutenção e ruptura, diálogo e transgressão, em busca de um horizonte de emancipação social. Em um cenário de crescente polarização, as contribuições de Weil e Žižek ajudam a problematizar o papel do Estado, dos movimentos sociais e da

sociedade civil na busca por uma democracia mais inclusiva e comprometida com a justiça social.

## REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *In: Novos estudos CEBRAP*, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018.
- APOLINÁRIO FILHO, Marcus Vinicius Quessada. A crítica à democracia e ao estado democrático de direito na perspectiva filosófica de Slavoj Žižek. *In: Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade*, v. 3, 2021.
- BELISÁRIO, Fernanda Duarte et al. Uma análise sobre a “crise da democracia” em Bauman, Žižek, Sennett e Beck. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.569>
- BRANCO, Judikael Castelo. Eric Weil e os limites da democracia em um mundo de tensões. *Filosofia Unisinos*, v. 25, n. 1, p. e25105, 2024.
- CAILLOIS, Roland. La violence pure est-elle démoniaque? *In: Actualité d’Eric Weil. Actes du colloque international*, 21-22 mai, Chantilly, Paris, 1984, p. 213-222.
- IASI, Mauro. Violência, esta velha parteira: um samba-enredo. *In: ŽIŽEK, Slavoj. Violência: Seis reflexões laterais*. Tradução Miguel Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Navegando Publicações, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.
- ONISTO, Felipe; BAZZANELLA, Sandro Luiz. O conceito de democracia em Giorgio Agamben e Slavoj Žižek. *In: Travessias*, v. 12, n. 2, p. 4-27, 2018.
- PERINE, Marcelo. **Eric Weil e a compreensão do nosso tempo**: ética, política, filosofia. São Paulo: Loyola, 2004.
- PERINE, Marcelo. **Filosofia e violência**: sentido e intenção da filosofia de Eric Weil. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2013.
- PERINE, Marcelo. Por uma democracia desarmada em um mundo de tensões. **Perspectivas**, v. 8, n. 2 (Especial), p. 128-146, 2023.
- QUILLIEN, J. Discours et langage ou ‘Logique de la philosophie’. *In: Archives de Philosophie*, n° 33, p. 401-438. Paris: Beauchesne, 1970.
- RAMOS SARMENTO, Jorge Alberto. Reflexões sobre o medo. **Aufklärung Revista de Filosofia**, v. 7, n. 1, 2020.
- RECH, Hildemar Luiz. Violência, Poder, Lei e Justiça, segundo Walter Benjamin, Jacques Derrida e Slavoj Žižek e conexões com a educação. *In: Cadernos Walter Benjamin*, n. 10, Jan./ Jun. 2013, p. 60-90.
- SILVA, Lucas dos Santos. Violência simbólica em Slavoj Žižek : A relação entre ressentimento e comunicação fática. *In: PÓLEMO – Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília*, v. 7, n. 13, p. 92-105, 2018.
- SOARES, Daniel Benevides. O mal em Eric Weil. *In: Griot Revista de Filosofia*, Amargosa – BA, v. 10, n. 2, p. 124-132, 2014.
- SOARES, Daniel Benevides. **Tédio e Totalitarismo**: Violência Política e Sentido em Eric Weil. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

- SOARES, Daniel Benevides. A discussão sobre a democracia a partir de Eric Weil. *In: Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia*, v. 11, n. 28, ano 2023, p. 57-75
- WEIL, E. A educação enquanto problema do nosso tempo. *In: POMBO, O. (org.). Quatro textos excêntricos*. Lisboa: Relógio d'Água, 2000. p. 55-70.
- WEIL, E. **Filosofia política**. Tradução Marcelo Perine. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2011a.
- WEIL, E. **Filosofia moral**. Tradução Marcelo Perine. São Paulo: É Realizações, 2011b.
- WEIL, Eric. **Lógica da filosofia**. Tradução Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: É Realizações, 2012.
- WEIL, Eric. A democracia num mundo de tensões. Tradução Judikael Castelo Branco. *In: Argumentos Revista de Filosofia*, Fortaleza, ano 10, n. 19, p. 206-226, jan./jun. 2018.
- WEIL, Eric. Limites de la démocratie. *Évidences* 13 (1950), p. 35-39. Tradução de Judikael Castelo Branco. *Argumentos Revista de Filosofia*, Fortaleza, ano 11, n. 21, p. 249-259, jan./jul. 2019.
- WEIL, E. Limites da democracia. *In: Escritos sobre educação e democracia*, organização e tradução de Judikael Castelo Branco, Palmas, EDUFT, 2021, p. 213-226.
- ŽIŽEK, Slavoj. O casamento entre democracia e capitalismo acabou. (2011a). Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Zizek-o-casamento-entre-democracia-e-capitalismo-acabou/6/17832>.
- ŽIŽEK, Slavoj. “Nosso inimigo é a ilusão democrática”. (2011b). Disponível em: <http://www.contextolivre.com.br/2011/10/slavoj-zizek-nosso-inimigo-e-ilusao.html>>
- ŽIŽEK, S. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Tradução Maria Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2011c.
- ŽIŽEK, S. **Em defesa das causas perdidas**. Tradução Maria Beatriz Medina. Boitempo: São Paulo, 2011d.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Tradução de Miguel Serra Pereira. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.